



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE**

**Ruas de minha cidade
Um estudo hodonímico**

Tríssia Ordovás Sartori

Caxias do Sul, 2010.

Tríssia Ordovás Sartori

Ruas de minha cidade Um estudo hodonímico

Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Professor Orientador: Dr^a Vitalina Maria Frosi

Caxias do Sul, 2010.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Vita, por compartilhar o conhecimento, pelo carinho, paciência, por despertar minha paixão pela pesquisa e me fazer acreditar na possibilidade de realizá-la.

Aos meus pais, Nelson e Isamar, e a minha irmã, Cristine, pelo suporte emocional e motivacional. Sempre.

Ao Rafa, meu marido, pela compreensão e amor incondicional.

À Ia, grande incentivadora de meu ingresso no programa.

Aos queridos colegas Tales, Daiane, Juliana e Tere, pelas conversas, cafés e, especialmente, por terem tornado essa caminhada mais divertida.

À Grazi e ao Ale, pela ajuda e pelos livros.

Às professoras doutoras Aparecida Negri Isquierdo, Marília Conforto e Carmen Faggion pelas preciosas contribuições sugeridas durante a banca de avaliação, que tornaram o trabalho mais completo.

*O nome é em certo sentido a própria coisa;
dar nome às coisas é conhecê-las e apropriar-se delas;
a denominação é o ato da posse espiritual.*

Miguel de Unamuno

RESUMO

Este texto apresenta os resultados da análise de 18 hodônimos do centro urbano de Caxias do Sul, a fim de descobrir os motivos que influenciaram na denominação das ruas desse lugar. Na época da denominação, Caxias do Sul tinha população predominantemente italiana e os italianos não foram contemplados com os nomes dos principais logradouros da cidade. O objetivo foi descobrir por que o grupo majoritário não foi homenageado, levando em considerações as relações de poder. Foi realizada uma pesquisa documental, levando-se em consideração elementos linguísticos e extralinguísticos implícitos e explícitos nestes hodônimos. Apoiada nos princípios teórico-metodológicos da toponímia, com Dauzat e Rostaing, adaptados à realidade brasileira e adotados pela Universidade de São Paulo (USP), especialmente por DICK, e por outras universidades públicas do Brasil, a análise teve como tema investigar as razões que foram determinantes na escolha de nomes não-italianos para designar o grupo de ruas centrais de Caxias do Sul e identificar as implicações sociais, econômicas e, sobretudo, políticas que eles escondem. O poder político foi determinante para a predominância de nomes luso-brasileiros nas ruas analisadas.

Palavras-chave: toponímia – hodonímia – nome – Caxias do Sul – motivação

ABSTRACT

This text presents the results of the analysis of 18 names of the city centre streets of Caxias do Sul. The main aim of this study is to identify and give an explanation about the motives which influenced in the denomination of the city centre streets. A documental research was conducted and it took into consideration linguistic and extra linguistic elements implicit and explicit in these denominations. Following methodological theoretical principles of toponymy which are applied to the Brazilian reality and used by the University of São Paulo and other public universities in Brazil, the analysis had as an objective to investigate the reasons which determined the selection of the non-Italian names to designate the group of central streets in Caxias do Sul and identify the social, economic, and especially political implications they hide.

Keywords: toponymy – hodonymy – name – Caxias do Sul – motivation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA TOPONÍMIA E DA ANTROPONÍMIA	14
1.1 Aspectos lingüísticos, o signo, o léxico, a onomástica.....	14
1.2 Nomes de lugares, a toponímia.....	17
1.3 Nomes de pessoas, a antroponímia na Itália	21
1.4 Étimo e etimologia	24
1.5 O signo toponímico: referenciais teóricos.....	25
1.6 Categorias dos topônimos.....	29
1.6.1 Taxionomias de Natureza Física.....	29
1.6.2 Taxionomias de Natureza Antropo-cultural.....	30
1.7 Hodonímia: microcosmo da toponímia.....	32
1.8 Nome próprio: referência a um objeto particular específico.....	33
2. OS TOPÔNIMOS: SUAS INTERFACES NO CONTEXTO EXTRALINGUÍSTICO.....	37
2.1 Caxias do Sul, 1875 – 1930.....	37
2.2 Região, um espaço político constituído pelo nome.....	40
2.3 O nome e o outro: identidades regionais revelam diferenças.....	45
3. NOMES E SEUS PERCURSOS.....	49
3.1 As ruas de Caxias do Sul, dados gerais.....	49
3.2 Categorização dos hodônimos.....	50
3.2.1.Hodônimos de Natureza Física.....	50
3.2.2 Hodônimos de Natureza Antropo-cultural.....	51
3.3 A interrelação dos hodônimos com o contexto extralinguístico.....	52
3.4 Hodônimos e motivações.....	59
3.5 Hodônimos do centro de Caxias do Sul, suas características.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como proposta mostrar e, na medida do possível, descrever e explicar elementos culturais, fatos históricos, tendências políticas e ideológicas que foram determinantes na constituição do nome de ruas do município de Caxias do Sul, tendo como objeto deste estudo 18 logradouros centrais da cidade.

Essas ruas foram escolhidas entre o conjunto de 3.664¹ denominações por terem sido as primeiras a receber nomes oficiais, logo nas primeiras décadas do crescimento da cidade, em 1897 (ADAMI, 1971, p.136), no começo da formação da Região de Colonização Italiana (daqui por diante, RCI).

Embora os nomes das ruas sejam conhecidos e estejam legitimados, seu significado é ignorado por muitos habitantes da área urbana selecionada para este trabalho. E não basta que um indivíduo saiba o nome de uma rua ou avenida – por uma questão de cidadania é importante que ele conheça a relação estabelecida entre o nome e a motivação do objeto denominado.

O interesse por este estudo surgiu ao tomar conhecimento sobre o projeto TOPONÍMIA, que está sendo desenvolvido na Universidade de Caxias do Sul (UCS), vinculado ao Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Dadas as características do projeto, entendi que seria possível e importante abordar aspectos que ainda não tinham sido

¹ Lista de ruas atualizada e fornecida pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul em janeiro de 2010.

contemplados com estudos específicos nesta área do conhecimento. Além disso, tais aspectos eram pertinentes à área da linguística, linha de estudos pela qual eu havia optado.

Por ser nascida em Caxias do Sul e ter descendência paterna italiana, sempre tive curiosidade pelos temas acerca da italianidade no contexto em que vivi. Partir dos nomes e, mais especificamente, do nome das ruas, tendo a possibilidade de explorar a forma como os imigrantes e seus descendentes participaram ou não na escolha dos nomes delas, pareceu-me um desafio interessante.

Refletindo sobre os nomes das ruas que integram o *corpus* desta pesquisa percebe-se que suas denominações, para muitas pessoas, em um primeiro momento, remetem apenas a um destino, a uma direção, a um lugar de passagem. Os logradouros têm nomes específicos, é verdade, mas que poderiam ser não esses, e sim quaisquer outros. O que os singulariza e legitima são os usos e sentidos que estão por trás desses nomes.

Mas por que essas ruas não homenageiam com seus nomes expoentes italianos nem ítalo-brasileiros, se eles constituíam a população mais numerosa na época? De que forma o nome das ruas foi usado em relação a uma cultura/etnia em detrimento da outra? Quem escolhia o denominativo da rua? Que significado tinham e ainda têm os nomes das ruas centrais de Caxias do Sul? Quais as características do signo toponímico? Estas questões (e mais outras que foram surgindo durante o processo do trabalho) careciam de respostas que só a investigação poderia dar.

A pesquisa teve como tema investigar os motivos que foram determinantes na escolha de nomes não-italianos para designar o grupo de ruas centrais de Caxias do Sul e identificar as implicações sociais, políticas e econômicas que eles escondem.

Este estudo apóia-se nos princípios teórico-metodológicos da toponímia, adaptados à realidade brasileira e adotados pela Universidade de São Paulo (USP) e por outras universidades federais do Brasil que estão desenvolvendo projetos de Atlas Toponímicos e outros estudos dentro dessa mesma área de pesquisas.

A toponímia, no sentido literal, quer dizer estudo dos nomes dos lugares. Nesta pesquisa, além do estudo lexical e etimológico dos nomes de logradouros, entendidos em

sentido amplo, a atividade inclui a análise e elaboração de históricos de vida de personagens cujos nomes integram o universo de denominações locais. Assim, políticos, jornalistas, figuras ilustres e datas representativas serão referenciados com texto específico, em conformidade com o caráter interdisciplinar que marca esta pesquisa.

Além disso, os aspectos extralinguísticos da RCI serão apontados, sem esquecer os principais eventos históricos que se fizeram presentes e transformaram a vida dos moradores da região.

Para um estudo mais apropriado dos nomes das ruas, os topônimos foram enquadrados em categorias que pudessem auxiliar no entendimento da relação estabelecida entre motivador, denominador e denominado, bem como na compreensão de elementos que pudessem dar suporte à constituição de uma região centrada no sentido que um nome carrega.

Depois de uma leitura preliminar dos textos alusivos aos componentes do *corpus*, foram estabelecidas as categorias dos hodônimos. Como subcategoria, elegeu-se a questão da identidade – gaúcha e brasileira – para complementar a análise.

O trabalho foi desenvolvido de acordo com o método das áreas, adotado por Dauzat (1926) e utilizado por estudiosos de vários países europeus. Foi adaptado à realidade toponímica brasileira por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1980, 1990, 1996). Esse método propõe que o nome das localidades deveriam ser dados de acordo com os povos que as habitavam. Paralelamente, foram feitas pesquisas em documentos, buscando informações em fontes escritas – como processos, leis, decretos e atos da administração oficial. Esses dados serviram de suporte para a análise e produção de resultados.

O estudo levou em conta duas perspectivas de análise, a sincrônica e a diacrônica. Muitos nomes próprios de ruas, que estão fossilizados graças ao tempo transcorrido, são resultado de um processo histórico e cultural. Na RCI, um percurso de 135 anos.

O presente estudo apóia-se nos trabalhos de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (daqui em diante Dick), idealizadora e coordenadora do Atlas Toponímico do Brasil – ATB. Fará uso também de estudos realizados nesta área por outros linguistas brasileiros,

particularmente, representados por coordenadores de Atlas Toponímicos de vários Estados do Brasil.

Uma revisão dos dados pesquisados levou à sistematização e à realização da análise etimológica, à classificação semântico-motivacional e à elaboração de textos descritivos.

O objetivo geral da pesquisa foi estudar 18 hodônimos da comunidade de Caxias do Sul e explicar por que, em sua maioria, receberam nomes de expoentes luso-brasileiros.

Como objetivos específicos pretendeu-se conhecer o significado dos hodônimos escolhidos; estabelecer relações entre estes hodônimos e os elementos que influenciaram em sua denominação; explicitar relações políticas influentes no ato de denominar e constituir uma ideia de região baseada no significado que o nome carrega.

Em conformidade com esses objetivos, o problema de pesquisa foi saber por que os hodônimos do Centro de Caxias não homenageiam personagens italianos, que além de representarem a maioria da população na época, são festejados como os colonizadores desta terra. Este problema está ligado aos estudos interdisciplinares nas áreas de linguagem e região.

Esta pesquisa pretende contribuir, ainda que modestamente, para o resgate de dados da história e da cultura local. Por se tratar, nesta perspectiva, de assunto inédito na região, o estudo mostrou-se relevante, do ponto de vista científico, pois a produção de conhecimento nesta área serve como porta de entrada para a fixação de significados dos nomes que denominam locais da cidade e que, muitas vezes, passam despercebidos. Resgatá-los e dar visibilidade a seus significados é uma forma de compreender o passado, sua gente e suas relações sociais, políticas e econômicas. À universidade, como produtora de conhecimento, cabe organizá-lo, sistematizá-lo e publicá-lo, possibilitando o acesso de todos ao verdadeiro sentido que está por trás dos nomes próprios analisados.

A relevância social reside na possibilidade de que este conhecimento produzido seja disponibilizado aos cidadãos em geral. De modo mais específico, ele pode ser aplicado na educação formal, contribuindo, assim, numa adequada formação da cidadania de crianças e jovens; sobretudo, a socialização reverterá em benefício porque o conhecimento se situa em

âmbito interdisciplinar. À medida que um nome é identificado e seu sentido se torna transparente, ele permite que sejam ressaltados indicadores de identidade do local e de seus habitantes. Removendo a opacidade que envolve o nome de uma rua, torna-se explícita e transparente sua motivação, preservando o sentido do designativo para as gerações futuras.

Esclarecer e preservar o sentido dos hodônimos é também propiciar às pessoas um melhor conhecimento dos espaços de circulação e da cultura de sua própria comunidade. Embora os nomes mudem, ao estudá-los, garante-se por eles a preservação da história de vida e da memória cultural dos antepassados.

A relevância do ponto de vista da educação consiste em que os resultados desta pesquisa podem ser aproveitados no ensino fundamental e médio. Por seu caráter multidisciplinar, favorecem o estabelecimento de inter-relações entre as várias matérias do ensino/aprendizagem. Eles podem ser adaptados aos diferentes níveis de ensino e ajudarão a disseminar a preservação do sentido e da história que os nomes, oficiais ou populares, possuem.

O *corpus* selecionado para a realização deste trabalho é composto pelos nomes das seguintes ruas: Avenida Júlio de Castilhos, Rua Pinheiro Machado, Rua Bento Gonçalves, Rua Vinte de Setembro, Rua Ernesto Alves, Rua Sinimbu, Rua Os 18 do Forte, Rua Borges de Medeiros, Rua Marquês do Herval, Rua Dr. Montauri, Rua Visconde de Pelotas, Rua Garibaldi, Rua Marechal Floriano, Rua Moreira César, Rua Marquês do Herval, Rua Guia Lopes, Rua Coronel Flores e Rua Feijó Júnior.

Quanto à estrutura deste trabalho, o primeiro capítulo – “Princípios teóricos da toponímia e da antroponímia” – aborda os princípios teóricos fundamentais da toponímia que dão suporte ao material analisado. São abordados aspectos de outras disciplinas, importantes em vários sentidos, no conjunto do trabalho.

O segundo capítulo – “Os topônimos: suas interfaces no contexto extralinguístico” – mostra as relações existentes entre os nomes das 18 ruas escolhidas e os fatos sócio-econômicos e políticos nelas envolvidos

O terceiro capítulo – “Nomes e seus percursos” – faz a junção dos elementos lingüísticos e extralingüísticos para obter uma solução do problema proposto.

Por fim, a Conclusão apresenta uma síntese dos resultados obtidos, acenando para a importância em se dar continuidade à investigação ora desenvolvida.

1. PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA TOPONÍMIA E DA ANTROPONÍMIA

1.1 Aspectos linguísticos, o signo, o léxico, a onomástica

A linguística é a ciência que estuda a linguagem humana em todas as suas manifestações vocais, entendidas essas como línguas naturais. Ela estuda a língua como um sistema de signos, como uma estrutura, como um sistema que se manifesta na comunicação entre os membros de uma coletividade humana.

Embora as pessoas estudem a linguagem desde a invenção da escrita, foi nas primeiras décadas do século passado, com a visão estruturalista de Ferdinand de Saussure, que a linguística adquiriu o status de ciência. O estudioso suíço centralizou seus estudos na língua como sistema. Para ele, língua é um sistema cujas partes são solidárias entre si, regidas por um conjunto de regras que determinam o emprego de sons e relações sintáticas necessárias à produção de significados. A língua é, pois, coletiva, social e sistemática. Em contrapartida, a fala é a execução da língua pelo indivíduo falante (SAUSSURE, 1967, p. 57-59).

Estudar a linguística também implica em se fazer a divisão entre sincronia e diacronia. A linguística sincrônica ou descritiva faz um recorte da língua e estuda seu sistema como se apresenta em determinado período de tempo, sem a preocupação de focar o processo buscando entender e explicar sua evolução através do tempo. Já a linguística diacrônica ou histórica estuda a evolução da língua através do tempo. Um estudo diacrônico compreende a

dimensão temporal da linguagem. A linguística diacrônica preocupa-se com as mudanças que se processam na língua através do tempo, com a mutabilidade da língua no tempo.

Quando o indivíduo fala, ele produz sequências sonoras que, enquanto portadoras de significado, são chamadas de signos. De acordo com Saussure (1967, p. 127-129), um signo consiste numa relação entre significante (imagem acústica) e significado (conceito).

Um estudo linguístico pode ser feito em vários níveis da língua, como na Semântica (estudo do sentido das palavras), na Sintaxe (estudo das funções e relações entre as palavras em uma frase), na Fonética (estudo da produção e percepção dos sons da fala), na Fonologia (estudo do sistema sonoro das línguas e das funções que os fonemas desempenham nesse sistema) e a Lexicologia (estudo dos vocábulos da língua).

O presente trabalho insere-se na Lexicologia, um ramo da Linguística que estuda o acervo lexical de uma língua, chamado léxico. Biderman (1978) diz que:

o léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos que abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. (BIDERMAN, 1978, p. 139).

Complementando o estudo, Biderman (1981) assim se refere ao léxico de um idioma:

O acervo verbal de um idioma é o resultado de um processo de categorização secular e até milenar, através do conhecimento das semelhanças e das diferenças entre os elementos da experiência humana, tanto a experiência resultante da interação com ambiente físico como com o meio cultural. (BIDERMAN, 1981, p. 134).

Do léxico fazem parte todas as palavras, substantivos, verbos, adjetivos, pronomes, preposições, conjunções ou interjeições, etc., tanto no vocabulário comum quanto na norma técnica, nos neologismos, regionalismos ou terminologias, passando pelas gírias, expressões idiomáticas ou palavrões.

No entanto, para se estudar a língua de uma comunidade, é imprescindível levar em consideração na análise aspectos da cultura, a fim de compreender como se estabelecem as relações entre o homem e o meio em que vive e nomeia.

Duranti (2003) pondera que:

Os signos lingüísticos, como representações do mundo e conexões com o mundo, nunca são neutros: são constantemente usados para a construção de afinidades e diferenciações culturais (...). Os falantes, dentro desta perspectiva, são vistos como atores sociais, e a linguagem como um recurso para um produto de interação social. E as comunidades de fala são ao, mesmo tempo reais e imaginárias, pois suas fronteiras são constantemente redesenhadas e negociadas através de milhões de atos de fala (...). A linguagem é o mais flexível e o mais poderoso instrumento intelectual desenvolvido por seres humanos. (DURANTI, 2003, p. 5-7).

Compreende-se, desse modo, que uma língua veicula, além do significado denotativo, a cultura de que faz parte e pode também transmitir nuances de sentido próprias do indivíduo que a usa. De qualquer forma, é importante enfatizar que, ao menos até hoje, a faculdade de desenvolver linguagem verbal como sistemas de signos de significado é privilégio do ser humano.

Para Biderman (1998, p. 89), “os critérios de classificação usados para classificar os objetos são muito diferenciados e variados”. Segundo a autora, eles podem ser designados pelo uso, por um aspecto do objeto ou ainda por algum aspecto emocional que o objeto referido pode provocar. A linguista completa que, ao mesmo tempo em que nomeia, também classifica os referentes (BIDERMAN, 1998, p. 91).

Essa classificação, que implica uma relação de poder, não pode excluir a presença do outro. Foucault (1995) explica que a relação de poder está articulada com base em dois elementos: o outro como sujeito de ação e da possibilidade que se abra, “diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 1995, p.243).

É no conjunto de palavras de uma língua natural, isto é, por meio do acervo lexical de uma determinada língua que se constrói a visão de mundo dos seus falantes. No léxico de uma língua, estão projetadas as experiências vividas por determinado grupo sócio-lingüístico-cultural. No dizer de Oliveira e Isquerdo (2001):

Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Em vista

disso, o léxico de uma língua conserva estreita relação com a história cultural da comunidade. (OLIVEIRA E ISQUERDO, 2001, p. 09)

Dessa forma, segundo essas linguistas, a análise do conjunto lexical presente na língua de um grupo revela o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo em que vivem, por exemplo, quando nomeiam pessoas e lugares.

Uma das disciplinas que integram a Lexicologia é a Onomástica, ramo da linguística que, em sentido restrito, se ocupa do estudo da etimologia, evolução, transformação, explicação dos nomes. Na prática, é mais comum o uso desse termo numa concepção mais ampla para indicar o estudo de todos os nomes próprios, isto é, de pessoas e de lugares. A Onomástica compreende, pois, a Antroponímia e a Toponímia. A Antroponímia ocupa-se do estudo de nomes próprios de pessoas e a Toponímia estuda os nomes próprios de lugares, sua origem, sua evolução, suas alterações, seu sentido.

1.2 Nomes de lugares, a toponímia

Um nome próprio contém bem mais do que o significado etimológico: ele traz informações sobre o passado e o presente e ajuda a reconstituir a memória relacionada aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos de uma época específica. Assim, torna-se, também, uma marca identitária.

Dick (2001, p. 79) afirma que “é o simbolismo das formas linguísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais”. Acrescenta que o nome “dimensiona a pessoa e caracteriza o humano e o animado, polarizando sua atividade sociolinguística”.

A Toponímia tem sua origem no grego, *tòpos*, "lugar", e *ònoma*, "nome". Para o estudo dos nomes, faz-se necessário levar em conta sua etimologia e os fatores linguísticos e extralinguísticos, como aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos. Assim, parte-se da premissa de que, ao se desvendar o sentido de um determinado nome,

lança-se luz sobre outros fatores importantes, como as relações entre o homem e o local onde vive, sua língua, etnia e cultura.

O eixo central dos estudos da Toponímia é o signo toponímico, que é o signo lingüístico na função de identificador de um espaço geográfico. Nessa função, segundo Dick (1980, p. 290), o topônimo representa “uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência) de seu significado”.

Como disciplina autônoma, a Toponímia é bastante recente. Os primeiros estudos surgiram na Europa, sob investigação de Auguste Longnon, nas décadas finais do século XIX, no período de estudos comparados das línguas indo-europeias. O estudioso levou em consideração a etimologia dos nomes antigos do território francês, para demonstrar as transformações desses topônimos. A etapa seguinte é marcada pelos estudos de Albert Dauzat, que impulsionou o estudo dos nomes de lugares, especialmente pelo desenvolvimento do “método das áreas” empregado por ele.

Também se destacam obras produzidas na Bélgica, na Suíça, na Itália, na Alemanha. Dentre outros, destacam-se aqui os que se relacionam diretamente com a toponímia italiana: Battisti, Bertoldi, Bertoni, Olivieri, Pieri, Serra (*apud* DAUZAT, 1926). Nesse mesmo período, o filólogo português Leite de Vasconcelos (1931) desenvolveu estudos de Onomástica, abrangendo os dois ramos, isto é, a Antroponímia e a Toponímia. Ele dividiu essa ciência em três ramos: “estudo dos nomes geográficos ou Toponímia; estudo de nomes de pessoas, ou Antroponímia; e estudo de nomes vários, isto é, de deuses, ventos, astros, sinos, embarcações e outros” (VASCONCELLOS, 1931, p. 460). O autor realizou um estudo aprofundado e exaustivo dos três segmentos citados, com análise de inúmeros nomes próprios e generosas abonações. De acordo com ele (1931, p. 460), “estudar nomes próprios é classificá-los segundo as fontes de que provêm, e explicar, quanto possível, a origem de cada um”.

Na América do Sul, sobressaiu-se o antropólogo venezuelano Adolfo Salazar-Quijada. É dele a obra *La Toponímia em Venezuela* (1985). Décadas mais cedo, no Brasil, Teodoro Sampaio desenvolveu o estudo *Tupi na Geografia Nacional* (1901). Inicialmente, foi privilegiado o estudo dos nomes de origem indígena com pesquisas desenvolvidas sobre o tupi (MAEDA, 2006).

Em 1990 (PELLEGRINI, 1990, p. VIII), um grupo de estudiosos de três universidades italianas (QUEIRAZZA; MARCATO; PELLEGRINI; SICARDI; ROSSEBASTIANO) publicaram o *Dizionario di toponomastica; storia e significato dei nomi geografici italiani*. É considerado, na Itália, o primeiro dicionário de Toponomástica de grande envergadura, porque compreende e estuda todos os nomes dos municípios e comunidades da Itália, mais ainda, os principais nomes dos rios, lagos, mares, montes, ilhas e regiões.

Também italiano, o linguista Mário Alinei também dedica-se aos estudos de toponímia e realização de Atlas Toponímico Italiano. Para ele, todo o signo é motivado no momento de sua criação (ALINEI, 1994, apud ISQUERDO).

No Brasil, a toponímia ganhou autonomia a partir da década de 1960, depois da reformulação do curso de Letras da USP (DICK, 1994). Na instituição, o professor Carlos Drumond (1965) desenvolveu a tese de livre-docência *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*. Na universidade, privilegiou os nomes de origem indígena através do estímulo a pesquisas sobre o Tupi e a Toponímia Brasileira. A continuidade e progressivo desenvolvimento acontecem com a professora e pesquisadora dessa área, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

Seguindo a orientação de Drumond, Dick usa a fundamentação teórica de Dauzat. Sua obra *Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos* recebeu do próprio Drumond excelente apreciação. Em 1989, os estudos dos nomes começam a ser feitos de forma mais frequente, entrando como opção de pós-graduação, “visando à formação de um corpo próprio de pesquisadores, à semelhança do que ocorre em outras instituições europeias e americanas” (DICK, 1994).

Com apoio no que foi apresentado no *V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística* (2007, p. 826-829) pelos componentes da mesa-redonda intitulada *Atlas Toponímico do Brasil: recortes regionais*, e, mais, com aproveitamento dos textos de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, de Aparecida Negri Isquerdo e, sobretudo, de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, todos de 2007, elaborou-se a síntese abaixo, com especificação dos principais trabalhos, em operacionalização, atualmente, no Brasil.

O Atlas Toponímico do Brasil (ATB), que desenvolve estudos do léxico sob enfoques etnolinguísticos e antropoculturais, contemplando as diversidades próprias de cada região. O

ATB é coordenado por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick na USP. De acordo com Dick (2007, p. 829), o Projeto do ATB “foi proposto com objetivos definidos: dar visibilidade aos conceitos teóricos da Toponímia, frutos das novas concepções linguísticas que propomos para a matéria.” Além disso, com o ATB procura-se “restabelecer o papel da ciência onomástica como eixo condutor das disciplinas dos nomes, no seu duplo enfoque, o homem e o lugar, respeitada a sua inserção temporal” (DICK, 2007, p. 829).

O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), em desenvolvimento na USP, também é coordenado pela mesma pesquisadora do ATB.

O Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), que se caracteriza pelo estudo dos nomes dos 853 municípios mineiros, é coordenado por Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Esse Atlas tem como objetivos básicos catalogar e reconhecer remanescentes lexicais na rede toponímica mineira cuja origem remonta a nomes portugueses, africanos, indígenas, dentre outros. Além disso, propõe-se a classificar e analisar o “padrão motivador dos nomes”. Inclui também a análise da influência das línguas em contato no território e pretende cartografar os nomes dos acidentes físicos e humanos do Estado de Minas Gerais (SEABRA, 2007, p. 827).

O Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso (ATEMT) foi iniciado pela pesquisadora Maria Aparecida de Carvalho, que, na tese de doutoramento, pesquisou a mesorregião do sudeste mato-grossense.

O Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS), em desenvolvimento na UFMS é coordenado por Aparecida Negri Isquierdo. Esse Atlas é uma variante do ATB e “visa a catalogar, classificar, analisar e cartografar os nomes dos acidentes físicos e humanos do Estado do Mato Grosso do Sul” (NEGRI, 2007, p. 828).

O Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins (ATITO) foi elaborado como tese de doutoramento de Karylleila dos Santos Andrade. O ATITO estudou a toponímia indígena do Estado de Tocantins, pluridisciplinarmente, compreendendo aspectos históricos, etnológicos e lingüísticos e evidenciando a presença, nos topônimos, de elementos indígenas de origem tupi.

O Atlas Toponímico do Estado do Tocantins (ATT) tem como coordenadora Karylleila dos Santos Andrade. O objetivo é de produzir um novo mapeamento do Estado, do ponto de vista da motivação das indicações coletadas nos documentos municipais. Na

perspectiva da linguística, a atividade focaliza a análise etimológica dos topônimos, no estudo dialetológico, na estrutura gramatical e fonética.

O Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB), em operacionalização na Universidade Federal do Acre, (UFAC), é coordenado por Alexandre Melo de Sousa. O objetivo do trabalho é a catalogação, a classificação taxionômica, a descrição e a análise dos eventos físicos e humanos do Estado do Acre. Estuda a relação existente entre língua/cultura/sociedade, através da análise dos topônimos.

O projeto Atlas Toponímico do Estado do Ceará (ATEC) também é coordenado por Alexandre Melo de Sousa.

No Rio Grande do Sul, dentro do que se sabe, os estudos toponímicos estão apenas sendo iniciados, pode-se dizer, são embrionários; mesmo assim, mencionamos o Projeto Toponímia de Caxias do Sul, em desenvolvimento na UCS, sob a coordenação de Vitalina Maria Frosi.

Outros estudos, não menos importantes, vêm sendo desenvolvidos como, por exemplo o Projeto do Atlas Toponímico de Portugal (ATPOR), coordenado por Patrícia de Jesus Carvalhinhos, na Universidade de São Paulo (USP). Os primeiros resultados desse estudo foram apresentados no XII Simpósio Nacional de Letras e Linguística e II Simpósio Internacional de Letras e Linguística, realizado em Uberlândia, Minas Gerais, em 2009.

1.3 Nomes de pessoas, a antroponímia

O estudo do nome próprio de pessoa também é muito envolvente. Dentre as múltiplas considerações constantes na obra *I nomi di persona in Italia*; dizionario storico etimologico, de Rossebastiano e Papa destaca-se a questão emocional que envolve uma denominação:

I nomi di persona possiedono per loro natura caratteri di attrattiva emozionale altamente coinvolgenti: il nome è di fatto il primo ritratto di una persona che non si sa ancora come sarà, racchiusa tra il passato da cui proviene attraverso la famiglia, e il futuro verso il quale si proietta in una promessa di vita. Lo si confessi o no, la scelta di chi ha il privilegio, l'onore e la responsabilità di attribuire un nome non è facile: entrano in gioco, da una parte, la cultura, le tradizioni locali, i legami parentali, le esperienze personali, vale a dire gli affetti (per il territorio, per la famiglia, per se stessi), dall'altra, la paura del futuro, oscuro per tutti e quindi generatore di ansie, più o meno consciamente esorcizzate attraverso proposte

augurali che investono la bellezza, la bontà, la ricchezza, la felicità del neonato ed anche dei genitori². (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX).

Talvez isso explique por que muitos estudiosos têm se dedicado à análise dessa questão. As obras sobre nomes próprios de pessoas são, na Itália do passado, muito numerosas, mas, embora interessantes, carecem de caráter rigorosamente científico. A dificuldade maior provavelmente residiu na carência de documentações sem as quais tornava-se difícil efetuar o percurso diacrônico que deveria levar ao étimo do nome. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX-X). Na introdução dessa obra, encontra-se uma relação bastante exaustiva dos estudos realizados no passado, com uma caracterização sucinta dos principais pontos positivos e das carências desses estudos. Destaca-se, de modo especial, a expressiva produção ocorrida na década de 50, em sua grande maioria de caráter divulgativo.

Nessa época, constitui um marco importante a obra de Carlo Tagliavini, intitulada *Un nome al giorno: origine e storia dei nomi di persona italiani* (1956 e 1957). O estudo considerado de caráter rigorosamente científico guarda sua validade até os dias de hoje.

Outro trabalho de grande valor é o de Emilio De Felice que, utilizando a lista dos assinantes telefônicos desenvolveu um estudo que abrangia toda a Itália. Desse estudo resultaram dois volumes publicados em Veneza, um em 1982, o outro em 1987. Muitos outros estudos de onomástica foram realizados na Itália, do passado ao presente. Sempre analisando obras nesse campo do conhecimento, Alda Rossebastiano (2005, p. XIV-XXI.) passa à análise das produções ocorridas em tempo mais recente. As referências são inúmeras e os autores citados e resenhados pela estudiosa chegam a mais de oitenta.

² Os nomes de pessoa possuem por sua natureza caracteres de sedução emocional altamente envolventes: o nome é de fato o primeiro retrato de uma pessoa a qual não se sabe ainda como será, circunscrita entre o passado de que provém através da família, e o futuro para o qual se projeta numa promessa de vida. Confesse a gente ou não, a escolha de quem tem o privilégio, a honra e a responsabilidade de atribuir um nome não é fácil: entram em jogo, por um lado, a cultura, as tradições locais, os liames de parentesco, as experiências pessoais, vale dizer, os afetos (pela terra, pela família, por si próprios), por outro lado, o medo do futuro, obscuro para todos e, portanto, gerador ânsias, mais ou menos conscientemente exorcizadas através de propostas augurais que elegem a beleza, a bondade, a riqueza, a felicidade do recém-nascido e também dos pais.” (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX). [Trad. De Vitalina Maria Frosi].

Mais recentemente, foi publicada a obra monumental *I nomi di persona in Itália; dizionario storico ed etimologico* de Alda Rossebastiano e Elena Papa (2005). De rigor científico, esta produção tornou-se logo conhecida em toda a Itália e fora dela em muitos outros países.

Outra obra de caráter rigorosamente científico intitula-se *I cognomi d'Italia. Dizionario storico ed etimologico*. Os autores Enzo Caffarelli e Carla Marcato (2008) desenvolvem um abrangente e aprofundado estudo etimológico, com dados estatísticos, de 60.000 sobrenomes. Além da análise etimológica, o dicionário contém um estudo da motivação das denominações. Esta atividade foi feita através de cuidadosa pesquisa lexicográfica e dialetológica, na perspectiva diacrônica, buscando obter a compreensão correta do sentido, particularmente em se tratando de alguns apelidos (FROSI, 2009).

No que diz respeito à produção de obras de caráter científico por estudiosos brasileiros, na área da onomástica, foi possível ter acesso ao *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes* de Rosário Farani Mansur Guérios (1973). Seu estudo foi de grande valia para este trabalho, principalmente, porque o recorte desta pesquisa contém nomes e sobrenomes de origem lusitana.

Registram-se, ainda, duas obras específicas referentes a sobrenomes italianos do Brasil. Embora os denominativos analisados no presente estudo não registrem antropônimos italianos, trata-se de estudo de caráter científico de grande interesse para a análise dos demais logradouros de Caxias do Sul. O autor faz uma pesquisa histórica do significado dos sobrenomes. Além disso, aborda a composição morfológica, prefixos e/ou sufixos de todos os sobrenomes apresentados. Os livros intitulam-se, respectivamente: *Dicionário dos sobrenomes italianos* (mais de 25.000 sobrenomes) e *Filius Quondam; a origem e o significado dos sobrenomes italianos*. Com acréscimos à primeira edição ocorrida em 1996, nesta há uma descrição e análise do “processo histórico que possibilitou o surgimento e a fixação dos sobrenomes italianos durante o período medieval”. (MIORANZA, 2009, p. 11).

Numa perspectiva genealógica, é digno de nota o *Dicionário das Famílias Brasileiras* (1999), editado em dois volumes, de autoria de Carlos Eduardo de Almeida Barata e Antônio Henrique da Cunha Bueno. Trata-se de uma extensa obra com 17.000 verbetes, acumulados, classificados e estudados ao longo de muitos anos.

1.4 Étimo e etimologia

Étimo (do grego *etymos*, vero) é o fragmento documentado que pode fornecer pistas para a reconstituição de uma palavra, a partir de um percurso histórico. Etimologia (do grego *etymon*, “verdadeiro significado de uma palavra” e *lógos*, “estudo”). Portanto, é o estudo do verdadeiro significado, aquele originário das palavras (MORETTI; CONSONNI, 1995, p. 80) e se refere ao agrupamento, muitas vezes espontâneo, dos étimos, a fim de reconstruir o sentido de uma palavra.

Alterna o rigor científico a processos associativos naturais, levando em consideração, também, as formações populares espontâneas.

Cortelazzo e Zolli (1980, p. 406) apontam a etimologia como “significado íntimo da palavra”. Para Bárbara Colonna (1997, p. 117), ela é a ciência que estuda não só a formação das palavras, mas também a ligação que elas têm com outras mais antigas da qual se originam.

A etimologia assume dois significados diferentes. Pode referir-se tanto à disciplina que se ocupa de compreender a origem e interpretação das palavras, quanto à forma original que a palavra possui.

David Crystal (1988, p. 101), em seu dicionário de Linguística e Fonética, cunha o termo etimologia como sendo “tradicionalmente usado para o estudo das origens e a história da FORMA e da SIGNIFICAÇÃO das PALAVRAS”. Insere a etimologia como uma ramificação da linguística histórica, atribuindo-lhe método semelhante ao da semântica.

Segundo Dauzat (1926, p. 225), “os nomes de ruas apresentam um grande interesse linguístico pelas alterações que sofreram na época em que eram quase exclusivamente orais: é o reino da etimologia popular”.

1.5 O signo toponímico: referenciais teóricos

Diferentemente do signo linguístico, que é arbitrário, o signo toponímico é um signo linguístico motivado. De acordo com Dick (1990):

Muito embora o topônimo seja, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma forma que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (DICK, 1990, p.18)

Consegue-se perceber essa motivação de maneira mais explícita, por exemplo, quando o nome do acidente geográfico em questão é constituído por um termo que faz referência à sua “cor, forma, tamanho, constituição natural, enfim, o que ocorre em rio Grande, rio Pequeno, Ribeirão Preto (...) entre tantos outros semelhantes” (DICK, 1990, p. 19).

O estudioso francês Pierre Guiraud (1986) também se ocupou da problemática que envolve o signo linguístico. Para ele, existem três noções ao se tratar do assunto: arbitrariedade, motivação e a convencionalidade. Ele afirma que “arbitrário se opõe a motivado, e tem como corolário convencional, visto que, na ausência de qualquer motivação apenas a convenção fundamenta a significação. Convencional, entretanto, não exclui motivado” (GUIRAUD, 1986, p.27-28).

Assim como Dick, o francês não aponta a ideia de arbitrariedade como item principal para se buscar a essência de um signo linguístico, reitera a importância da convencionalidade e coloca a motivação em segundo plano. Para o autor, “todas as palavras são etimologicamente motivadas” (GUIRAUD, 1986, p.27-28).

A transparência dos nomes fica mais distante quando se tomam nomes próprios de lugares como os da Avenida Júlio de Castilhos ou da Rua Bento Gonçalves, por exemplo. Em ambos os casos, sem um estudo mais aprofundado, o que se sabe sobre eles é que os dois personagens foram expoentes políticos do Rio Grande do Sul e, assim, homenageados com as denominações de ruas de diversas cidades gaúchas, como é o caso de Caxias do Sul.

O estudo dos topônimos pode ser feito levando-se em consideração dois aspectos: as características externas ou semânticas (motivações) e internas (filiação linguística), ou seja, a ligação com o grupo étnico que o originou (DICK, 1990, p. 17). Como observa Dick (1990, p.81) “essa origem heterogênea [do Brasil] deixou reflexos diferenciados na língua, nos usos e costumes, nas tradições regionais e, conseqüentemente, na toponímia do país”.

A motivação nos topônimos revela-se, no momento de sua designação, o que, com o decorrer dos anos, distancia a intencionalidade do ato denominador do nome em si. O significado da denominação que, na época, era claro e transparente, torna-se, com o passar do tempo, opaco em decorrência dessa distância temporal e espacial. Ainda assim, mantêm-se esses designativos, o que tornam o topônimo um “fóssil lingüístico”³ (DICK, 1990, p. 20).

Isquierdo (1997) diz que a busca da motivação no signo toponímico é complexa. A pesquisadora reconhece essa característica afirmando que:

[...] a diversidade de influências culturais na formação étnica da população, como também, as especificidades físicas de cada região tornam dificultosa toda tentativa de explicação das fontes geradoras dos nomes de lugares e de acidentes geográficos. Em vista disso, o esclarecimento da origem de determinados topônimos fica na dependência da recuperação, não raras vezes, de fatores extralingüísticos como as características geo-sócio-econômicas de uma região e, conseqüentemente, as marcas étnicas e sociais da população habitante em tal espaço físico-cultural. (ISQUERDO, 1997, p. 33).

Sendo assim, um estudo toponímico implica um entendimento que transcende o nome em si. Faz-se necessário buscar elementos em outras áreas, como na antropologia, na história e na sociologia, por exemplo, para construir um conhecimento sobre o porquê de uma denominação em detrimento à outra. São os aspectos extralingüísticos que irão dar pistas sobre o nome.

Dick (1990, p. 36) afirma que Toponímia é “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”. Para Dick (1990), apesar desse caráter eclético da disciplina, que parece inicialmente se

³ Na linguística, o termo *fossilização* é uma expressão do geógrafo francês Jean Brunhes, para quem o topônimo era um fóssil da geografia humana, já que, mesmo com o desaparecimento dos fatores motivacionais, eles ainda podem permanecer cristalizados e intactos em um topônimo: “*nom de lieu est tout à fait comparable, comme document, à un fossile, à une médaille, à une monnaie*”. (BRUNHES, J. *La Géographie Humaine*. Paris, 1925.)

chocar com o pensamento de Charles Rostaing, que via na Linguística o “princípio essencial da Toponímia”, não há contradição entre as duas posições.

Segundo Rostaing (1945):

A toponímia sempre fez estudos apaixonados e, de outra forma, sérios. Todavia somente no século XIX são atribuídos à linguística os fundamentos essenciais de seu estudo. Dentre os primeiros estudiosos, Auguste Longnon destaca-se nos estudos metódicos e sistemáticos da toponímia francesa. (p.6). Sua obra intitulada *Noms de lieux de la France* só apareceu em 1920, após sua morte e, assim, foi precedido por outro, o de H. Grohlex (ROSTAINING, 1945, p.7).

Ernest Muret, em sua obra *Les Noms de lieux dans les langues romanes* (apud ROSTAINING, 1945, p. 9), referindo-se aos topônimos, diz que:

Un nom de lieu (c'est évident, mais on n'y prend pas garde) est une forme de langue, un mot formé, comme tous les autres, de voyelles et de consonnes, de phonèmes articulés par les organes de la parole et transmis par l'oreille au cerveau. Il ne saurait donc être étudié autrement qu'un autre mot quelconque, en dehors de la langue dont il fait partie e dont il porte l'empreinte.⁴ (MURET, *apud* ROSTAINING, 1945, p. 9).

Em outras palavras, completa Rostaing (1945, p. 9), o topônimo é uma palavra como as outras, sujeita às leis da fonética. A Toponímia, em sua feição intrínseca, “deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas”.

Dick (1996) acrescenta:

Uma análise toponímica pressupõe a busca de particularidades que não podem ficar apenas nas características mais evidentes apresentadas pelo nome, deve-se procurar, tanto quanto possível, ou seja, tanto quanto as fontes ou a documentação o permitirem, as origens mais remotas do denominativo, objetivando as eventuais substituições experimentadas, e a sua razão determinante, de modo que se possa tentar um equacionamento da nomenclatura em períodos ou estágios onomásticos – senão de toda ela, pelo menos em alguns nomes – que talvez reflitam momentos distintivos do pensar da época analisada. (DICK, 1996, p. 15-16)

⁴ “Um nome de lugar (é evidente, mas a gente não presta a atenção) é uma forma da língua, uma palavra formada, como todas as outras, de vogais e de consoantes, de fonemas articulados pelos órgãos fonadores da fala e transmitidos pelo ouvido ao cérebro. Ele não será, portanto, estudado, senão como um outro nome qualquer, fora da língua da qual faz parte e da qual carrega a marca.” [Tradução de Carmen Faggion].

De acordo com Carvalhinhos e Antunes (2007), existe uma tendência de constituir um topônimo de substantivos ou substantivos + adjetivos, embora não contemple apenas uma classe gramatical.

O topônimo apresenta-se em formas e funções variadas. Estruturalmente, de acordo com Dick (1990, p. 10), o topônimo compreende dois elementos: “o termo (elemento) genérico e o termo (elemento) específico, ao que chama de ‘sintagma toponímico’”. O primeiro corresponde ao nome do próprio acidente geográfico que será denominado; e o segundo, corresponde ao elemento que identifica, singulariza o acidente. Por exemplo, no sintagma Rio das Antas: Rio é o termo genérico e das Antas, o específico.

No caso do *corpus* do presente estudo, o termo genérico refere-se sempre à rua (ou avenida). Os termos específicos correspondem aos nomes dos homenageados com sua denominação. Exemplificando, na Rua Bento Gonçalves, “rua” é o termo genérico e “Bento Gonçalves” o termo específico.

A principal característica do topônimo é a sua função. Dick (1990, p. 367), apresenta os princípios teóricos da análise toponímica e propõe uma discussão sobre dois planos de investigação – o diacrônico e o sincrônico. No plano sincrônico, a investigação possibilita “o exame das séries motivadoras, que conduziram à elaboração das *taxes* toponímicas, vinculadas, de modo genérico, aos campos físico e antro-po-cultural”. Assim, faz-se um recorte no tempo, para analisar determinado nome, mas também se busca na história elementos que possam explicá-lo.

Dick (1996, p. 145) diz que “a toponímia concorre para o entendimento entre os moradores locais, facilitando a identificação dos lugares e, conseqüentemente, permitindo a movimentação e o deslocamento dos indivíduos, de maneira ampla e objetiva”.

A motivação toponímica – e, por conseguinte, pode-se estender essa afirmação à hodonímia – possui um duplo aspecto que, segundo Dick (1990,) transparece na intencionalidade do denominador ao selecionar o nome – na qual concorreriam circunstâncias de ordem objetiva ou subjetiva – e, em seguida, na origem semântica da nomeação, no significado intrínseco a ela. Souza (2007, p.36) complementa a ideia:

(...) o estudo toponomástico servirá como fonte de conhecimento da língua falada numa dada região e como recuperação de fatos físico-geográficos e/ou sócio-histórico-culturais, em parte ou em sua totalidade, por que passaram os povos que habitaram, temporária ou definitivamente, a região pesquisada (SOUSA, 2007, p. 36).

Partindo das teorias de Dauzat e Vasconcelos, Dick propôs um modelo de classificação para os topônimos. O modelo contempla 27 taxes: 11 relacionadas com o ambiente físico e 16 relacionadas com os aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem.

De acordo com a autora:

Com efeito, um topônimo aparece em um determinado lugar, às vezes não se sabe dado por quem, fruto da população anônima, entranha-se de tal forma ao lugar que passa a incorporar o significado do local, como se um e outro fossem a mesma coisa, verdadeira imagem mimética do referente, reprodução de suas características, por mais de uma geração, o nome pode permanecer definindo a área até que fatos posteriores, aleatoriamente ou não, acabem por imprimir novo rumo ao chamamento. (DICK, 1996, p. 22)

As referidas categorias taxonômicas são descritas e exemplificadas a seguir. Os exemplos e explicações apresentados foram retirados de Dick (1990):

1.6 Categorias dos topônimos

1.6.1 Taxionomias de Natureza Física

- Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Estrela (BA);
- Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. praia do Leste (PR);
- Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex. Rio Negro (AM);
- Dimensiotopônimos: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, profundidade. Ex. Ilha Comprida (AM);
- Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal, em sua individualidade ou em conjuntos da mesma espécie ou de espécies diferentes, além de formações espontâneas não individuais e em conjunto. Ex. Pinheiral (RJ), Cafezal (PA);

- Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Coxilha (RS);
- Hidrotopônimos: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Água Boa (MG);
- Litotopônimos: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo. Ex. Arroio do Ouro (RS);
- Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Ventania (SP);
- Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de formas geométricas. Ex. Triângulo (MT);
- Zootopônimos: topônimos referentes aos animais, representados por indivíduos domésticos e não domésticos e de mesma espécie em grupos. Ex. Vacaria (RS), Lagoa da Onça (RJ).

1.6.2 Taxionomias de Natureza Antropo-cultural

- Animotopônimos (ou Nootopônimos): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano. Ex. Vitória (ES);
- Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Arroio Barbosa (RS);
- Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Doutor Pedrinho (SC);
- Corotopônimos: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Uruguai (MG);
- Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Velha Boipeba (BA);
- Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral. Ex. Casa da Telha (BA);
- Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Jangada (MT);
- Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Guarani (PE);
- Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. Ex. Há Mais Tempo (MA);
- Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Capela (AL). Essa categoria subdivide-se em: (i) Hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiolégio católico romano. Ex. Santa Tereza (GO) (ii) Mitotopônimos: entidades mitológicas. Ex. Ribeirão do Saci (ES);
- Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Vinte e Um de Abril (SP);

- Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Córrego do Atalho (GO);
- Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Duas Barras (BA);
- Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Rio da Cidade (RJ);
- Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Ex. Córrego Engenho Novo (MG);
- Somatotopônimos: topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou animal. Ex. Igarapé do Dedo (RR).

Faz-se necessário ter claro os principais conceitos elaborados e explicitados por Rostaing, Dauzat e Dick para a compreensão da Toponímia e do trabalho que segue. Rostaing (1945, p. 5) diz que “a Toponímia propõe-se estudar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações”.

Como se trata de um estudo interdisciplinar, recapitula-se que a Toponímia é a disciplina que estuda os nomes próprios de lugares e tem como objeto de estudo o signo toponímico, que é o signo linguístico motivado.

Essa motivação pode aparecer de forma transparente ou opaca. Dauzat (1926, p. 1-2) afirma que:

As sucessivas camadas históricas, sobrepostas – verdadeiramente análogas às camadas geológicas dos terrenos sedimentares –, são bem mais numerosas e mergulham bem mais longe, no passado, do que os nomes de pessoas. (DAUZAT, p. 1-2)

O signo toponímico pode apresentar alguns fenômenos como o esvaziamento do significado que leva à opacidade, bem como a fossilização ou cristalização do nome. Deve-se considerar o topônimo como um produto cultural, que mostra a organização de uma região e de seus ocupantes.

Se a língua reflete a cultura, seu léxico e, conseqüentemente, sua toponímia ajudam nessa compreensão. O estudo toponímico, por sua vez, traz contribuições a diversas áreas do saber, transcendendo à Linguística.

1.7 Hodonímia: microcosmo da toponímia

Assim como a Onomástica, a toponímia também apresenta subdivisões. Nela, um estudo específico cabe à Hodonímia, ramo no qual se insere o presente estudo. A hodonímia (do grego, *hodós* ‘via, estrada’ e *ónoma*, ‘nome’) compreende o conjunto dos nomes das ruas e praças e de todas as áreas de circulação de um centro urbano. Um hodônimo, do mesmo modo que um topônimo, traz consigo a sua possibilidade de descrição: ele possui traços culturais que são compartilhados por todas as pessoas que constituem esse específico grupo social, mesmo que, às vezes, tal sentido seja ignorado por alguns.

As ruas são bem mais do que designativos de orientação em uma cidade: seus nomes dão pistas do passado e do presente, dos ocupantes, das figuras ilustres homenageadas e dos interesses que estão por trás de sua nomeação.

Para Dick (1996), são microcosmos:

A rua é um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia-a-dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas. (DICK, 1996, p. 133)

Conhecer o significado desses nomes é prestar uma reverência à memória e à história, além de revelar aos moradores fatos relevantes sobre o passado do local em que eles vivem. Um passeio pelas ruas do Centro de Caxias do Sul, por exemplo, mostra a influência luso-brasileira e/ou gaúcha nos nomes que recortam o espaço central de circulação dessa cidade.

1.8 Nome próprio: referência a um objeto particular específico

De acordo com Brito (2003, p. 27), com os nomes próprios designam-se certos objetos “para a eles nos referirmos simplesmente pela menção de seus nomes”. No presente trabalho, os termos Júlio, Ernesto e Alfredo, cujos sobrenomes são, respectivamente, de Castilhos, Alves e Chaves, servem de exemplos a essa afirmação. Ainda, em consonância com esse autor, um nome próprio não designa qualquer objeto de um certo tipo, “mas um objeto singularmente determinado; (...) nomes próprios servem para referir inequivocamente um objeto particular específico” (idem, p. 27).

Pulgram (1954) analisa a implicação da significação do conceito nome próprio: o *onoma* grego, traduzido para o latim como *nomen proprium*, não teria aqui apenas o significado de “próprio” no sentido de *propriedade*, mas também possuiria o sentido de *peculiar, característico*, em oposição à *comum, ordinário* (apud Dick, 1990).

Pensando-se nos nomes das ruas que integram o *corpus* deste trabalho, por exemplo, percebe-se que as denominações, em um primeiro momento, remetem apenas a um destino, um lugar de passagem. Os logradouros carregam nomes específicos, é verdade, mas que poderiam ser não esses, mas quaisquer outros. O que singulariza e legitima esses nomes são os usos e significados que estão por trás deles.

O dinamismo da língua faz com que o nome perca, rapidamente, seu verdadeiro significado. Ele é ocultado por uma forma opaca, que deixa apenas uma espécie de embalagem, que em nada ajuda a se conhecer o que está dentro dela.

Na questão dos nomes próprios, Dick (2001) esclarece que:

os nomes próprios, principalmente os mais antigos e conservadores, podem incorporar o característico de dêiticos, na acepção que lhes confere o sistema. São apontadores de referências individuais e sociais, trazendo a característica de grupos sintáticos estáveis, no conjunto de seus elementos formadores (prenome + apelido de família). (DICK, 2001, p. 85).

Mas, para que esses significados sejam revelados, faz-se necessário ir além do aspecto lingüístico que o explica – é preciso clarear o sentido que existe por trás de tais nomes, já que signos toponímicos, bem como hodonímicos, podem ser opacos. Para Dauzat (1926, p.1), assim como os nomes de pessoas, os nomes de lugares se apresentam a nós como palavras antigas, de significado preciso, cristalizadas e esterilizadas de modo mais ou menos rápido, esvaziadas de sentido original.

Carvalhinhos e Antunes (2007) reiteram a ideia, explicando que um nome pode ser opaco, “pela sobreposição de camadas linguísticas, no sentido de várias etapas evolutivas de uma mesma língua”.

Dick (2001) explicita a questão:

Nomes próprios de pessoas são obscurecidos em seu conteúdo léxico-semântico pela opacidade do próprio signo que os conforma, distanciados, da maioria das ocorrências, do foco original. (...) Determinadas expressões ainda são significativas, etimologicamente, para a população, mesmo a mais leiga, que acaba assimilando seu significado e transmitindo-o, em cadeia, pela repetição habitual. Mas são poucas as que, ainda hoje, são escolhidas pelo conteúdo semântico, a maioria delas responde, apenas, a uma percepção fônica mais sensível ou mais sonora ao gosto dos pais, à moda difundida pela mídia em geral e, principalmente, ao fato de serem ‘nomes’ de ídolos populares, personagens famosas ou pessoas importantes. O que significa, sem dúvida, um culto ou um respeito, ainda que inconsciente, à concepção mágica que os nomes pessoais continuam carregando (DICK, 2001, p. 85).

Antes da chegada dos europeus, os lugares no Brasil não tinham uma denominação oficial. Dick (1996, p. 13), referindo-se a terras de Piratininga, cita como elementos integrantes do contexto geofísico, a aldeia, a colina e a presença de poucos rios. A área territorial da serra paulista foi vista como um enorme “descampado, gerador de um grande vazio toponomástico”.

Assim, o grande desencadeador de denominações oficiais foi o português que se deslocou para o Brasil, tendo influência, inclusive, em locais onde sua população não era majoritária, como em Caxias do Sul. Dos 18 hodonímicos do centro de Caxias do Sul que serão analisados, apenas um deles faz referência a um italiano, isto é, a Rua Garibaldi. Ainda assim, Giuseppe Garibaldi é considerado um herói de dois mundos. A estudiosa explica:

O denominador é apenas um elemento da cultura nacional, da qual é projeção e em que se manifesta, de modo particularizante. O sistema denominativo que aciona é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. (DICK, 1996, p. 13)

Desse modo, no ato de nomeação, um mecanismo, influenciado externamente ou subjetivamente, deixa transparecer nos topônimos significados das mais diferentes procedências, tornando perceptível um estreito vínculo entre o objeto denominado e seu denominador. Exemplificam o que se acaba de expor algumas ruas de Caxias do Sul, chamadas, respectivamente, Avenida Itália, Rua Cremona, Rua Fonzaso. O denominador, nesse caso, pode ter sido influenciado, e até impelido, por sentimentos de saudade da terra de origem. O mecanismo que atuou no ato de nomeação tem caráter subjetivo.

Dick (1990, p. 107) afirma que:

Um nome pode fixar-se localmente, e nunca ultrapassar, na prática, os limites geográficos de sua região; nem por isso deixará de revestir a feição histórica que se aponta. Nasceram esses denominativos como topônimos meramente locais, refletem dados e pessoas desconhecidas, em geral, do grande público, apesar de terem realizados feitos de realce em seu meio, o que lhes deu “condição toponímica” propriamente dita para serem rememorados, de uma forma ou de outra, Continuam, porém, sendo elementos “despersonalizados” para a maioria da população. (DICK, 1990, p. 107)

A denominação, assim, poderia ser percebida como uma decorrência natural, já que, em certo sentido, as coisas passam a existir para o ser humano, quando ele as conhece e as nomeia. Neste caso, deveriam ter sido conservados os designativos atribuídos pelo povo que, então, constituía a cidade de Caxias do Sul. Mas muitos nomes espontâneos de ruas do Centro de Caxias do Sul, por sua vez, cederam lugar aos nomes oficiais, normatizados.

A Avenida Júlio de Castilhos, que era chamada pelo povo Rua Grande e Rua dos Caiporas, antes do designativo atual, também foi denominada oficialmente de Rua Silveira Martins⁵.

⁵ Segundo Giron e Bergamaschi (2001, p. 64), a Rua Grande foi denominada em 1880 de Silveira Martins e, desde 1897 chama-se Júlio de Castilhos.

A denominação oficial que, neste caso, não levou em consideração a motivação espontânea, fez com que os hodônimos em questão distanciem-se desta motivação e se tornem neutros para a comunidade de Caxias do Sul, “até se construir um novo uso para o mesmo objeto, tornado remotivado ou ressemantizado” (DICK, 2004).

A autora (2004) amplia a ideia:

A substituição dos significados ocorre, portanto, no nível do discurso, no enunciado concreto produzido pelo enunciatário e, não, no plano do sistema, no qual a lexia continua operando, em sua potencialidade sígnica. Nas descrições onomásticas, há muito de emotividade e experimentação nelas colocadas. (...) Quanto mais distante se estiver do objeto, maior será a neutralidade conceitual acerca do fato e o desinteresse em recuperar-lhe aspectos ou os seus contornos. Muitas vezes, é o designativo o único registro do próprio traçado do acidente no terreno ou das circunstâncias motivadoras do batismo. (DICK, 2004, p. 125)

Para que esses nomes e suas respectivas intenções não sejam esquecidos, leva-se em conta que o estudo da hodonímia, tanto quanto o da toponímia, não se limita à etimologia dos nomes. Retomando a classificação de Dick (1990), percebe-se claramente que todo o nome carrega aspectos extralinguísticos como aqueles geográficos, históricos, sociais, econômicos e antropológicos de cada lugar.

A autora afirma que não é possível dissociar o nome da história e da cultura envolvidas com o que ele nomeia:

(...) a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antro-po-culturais. (DICK, 1990, p. 19)

2. OS TOPÔNIMOS: SUAS INTERFACES NO CONTEXTO EXTRALINGUÍSTICO

2.1 Caxias do Sul, 1875-1930

A leva de imigrantes italianos que chegou à Colônia dos fundos de Nova Palmira⁶ em 1875 assentou-se em terras desocupadas demarcadas e destinadas aos estrangeiros vindos da Itália. O governo, previamente, dividiu essa área em várias colônias.

Como outros pesquisadores da área, Giron e Bergamaschi (1996, p. 10) explicam que esse “sistema de colônias, implantado pelo governo imperial no Rio Grande do Sul, obedecia ao regime de glebas contínuas que caracterizou a maior parte do empreendimento colonial na província”. Assim, os imigrantes apostaram a sorte às condições da terra brasileira. As autoras dizem ainda que:

Os colonos agricultores pobres, casados e não tão jovens carregaram suas famílias para uma aventura sem retorno. A busca de terras das quais poderiam ser proprietários e a esperança de uma vida melhor do que a que levavam em sua terra natal mergulhou-os em terras brasileiras. (GIRON E BERGAMASCHI, 1996, p. 10)

Resumidamente, essas terras devolutas que foram ocupadas pelos imigrantes podem ser agrupadas em Antiga Colônia e Nova Colônia, compreendendo a primeira a Antiga Colônia I e Antiga Colônia II, fundadas na época do Império; a Nova Colônia, fundada

⁶ MACHADO, op. cit., p.25. Em 1877, recebeu o nome de Colônia Caxias. ADAMI, op. cit., p.130. Depois, Caxias passou a se chamar Campo dos Bugres e, mais tarde, Sede Dante.

durante a República, compreende Guaporé e Encantado. Considera-se ainda a existência de uma Novíssima Colônia decorrente das migrações internas da RCI, resultante das expansões das demais Colônias. Estudos realizados (cf. FROSI; MIORANZA, 1975 e FROSI; MIORANZA, 2009) apresentam a história econômica e lingüístico-dialetológica da RCI dividida em quatro períodos, contendo cada um deles características definidoras que lhes dão fisionomia própria.

Machado (2001, p. 66) explica que o núcleo central da Sede Dante foi “demarcada entre as atuais ruas Marechal Floriano, Ernesto Alves, Vereador Mário Pezzi e uma rua de 13 metros de largura aos fundos das meias quadras, lado sul, da Rua Os 18 do Forte, que se destinava a separar o povoado dos lotes rurais 21 e 42”.

No que diz respeito à formação política de Caxias do Sul, Rela (2004, p. 34), explica que a administração passou por três períodos distintos. O primeiro foi de 1875 a 1884, o segundo de 1884 a 1890 e o terceiro de 1890 até os dias atuais. Segundo a autora (2004):

No primeiro período administrativo (de 1875 a 1884), era denominada colônia e estava ligada diretamente ao governo imperial. Sua administração era feita pela comissão de terras, aqui centralizada na pessoa do diretor da colônia. O segundo período (de 1884 a 1890) foi caracterizado pela fase de distrito vinculado ao município de São Sebastião do Caí passando a se chamar Freguesia de Santa Teresa. O terceiro período (inicia em 1890) quando o distrito passa à categoria de município autônomo. Nesse período passou a denominação de Vila de Caxias. (RELA, 2004, p. 34)

Os hodônimos aqui analisados receberam suas denominações oficiais, em sua maioria, no primeiro período. Integram esse grupo as ruas Visconde de Pelotas, Vinte de Setembro, Pinheiro Machado, Os 18 do Forte, Moreira César, Garibaldi, Ernesto Alves, Dr. Montauri, Borges de Medeiros e Alfredo Chaves. O segundo período é representado pelo hodônimo Marquês do Herval. No terceiro período, foram denominadas as ruas Guia Lopes, Feijó Júnior, Júlio de Castilhos, Bento Gonçalves, Marechal Floriano, Coronel Flores e Sinimbu.

Reflexo desses nomes nas ruas é que, durante um longo tempo, só existiram intendentos de origem luso-brasileira. Aos italianos era facultada a vice-intendência e, em

casos excepcionais (substituição por afastamento temporário ou morte) é que chegavam a cargo de intendente. Somente em 1924, um italiano foi eleito para o cargo: Celeste Gobatto.

Nos dois primeiros períodos, não houve eleições e, mesmo se fosse realizada alguma, não seria permitido aos imigrantes participar delas. Quem administrava Caxias eram funcionários públicos indicados pelo governo da província. Eram eles que coordenavam a distribuição de terras – não se pode esquecer que Caxias foi planejada desde o início, contando com administração para a acomodação de imigrantes – e cobravam os impostos e as dívidas dos italianos recém-chegados.

Nascimento (2009) explica que a presença do governo brasileiro se dava pelos representantes de origem não-italiana:

Os funcionários do Estado imperial foram o rosto do colonizador, que não era eles, era o governo brasileiro. Os imigrantes sabiam que acima de tudo havia um poder, o do Imperador, a autoridade máxima do Brasil (...) A empresa colonizadora imperial pode preparar com detalhes a ocupação de terras devolutas do país. (NASCIMENTO, 2009, p. 87)

Foi só em 1890, com a emancipação, que os italianos passaram a constituir a Junta Administrativa e participar ativamente das decisões políticas da localidade. Ângelo Chittolina, italiano de Mânova que era maçom, Ernesto Marsiaj, de Feltre, e Salvador Sartori, de Vicenza, compunham a administração, que tinha vinculação ao PRR. O grupo ficou no poder até 1892.

Machado (2001, p. 28) afirma que essa convivência entre grupos étnicos diferentes “foram relações muitas vezes de confronto”:

O cargo de intendente era exercido por homens estranhos à comunidade caxiense, de origem luso-brasileira, nomeados e/ou indicados pelo governador do Estado e pertencente ao partido político no poder. Essa era uma prática que deixava os líderes locais numa situação incômoda, de subserviência. (MACHADO, 2001, p. 28)

O crescimento econômico e o aumento da representatividade empresarial foram determinantes para o início das mudanças nesse sentido, que se realizariam anos mais tarde. Um ano antes, o poder municipal foi tomado por uma “Junta Revolucionária Municipal”

(BERGAMASCHI e GIRON, 1992, p. 80), liderada pelo italiano Francisco Salerno. Meses mais tarde, foram nomeados pelo governo provisório dois membros da Junta Revolucionária, colocando-os ao lado de conselheiros eleitos. Instaurou-se uma crise política e, como tentativa de amenizá-la, o governo estadual nomeou o primeiro intendente, Antonio Xavier da Luz. Foi justamente ele que assinou a denominação da rua principal de Caxias como Júlio de Castilhos, em 1893.

2.2 Região, um espaço político constituído pelo nome

Ao se pensar uma região, é preciso levar em conta as representações de regionalidade presentes nela, as características regionais que as diferem, as aproximam e as legitimam como tal.

As características que estabelecem a relação de proximidade ou afastamento são diversas: língua, cultura, colonização, vocação econômica, história, política, entre outros. Assim, faz-se necessário buscar referências em estudos interdisciplinares para tentar explicá-la.

Neste caso, foram utilizados preceitos da linguística, antropologia, história, sociologia e literatura para definir uma região específica, situada nas principais ruas de Caxias do Sul, e que foram agrupadas por serem as primeiras a receberem denominação.

A noção de região, no entanto, transcende a ideia de espaço geográfico. Espaço geográfico, tal qual o geógrafo Milton Santos faz referência, também não se constitui de um conceito estático. Em sua obra, ele distingue o espaço em três etapas de suas pesquisas.

Inicialmente, baseado na Geografia, ele leva em conta o espaço como um conjunto de fixos – sendo isso tudo aquilo que está fixado no lugar, e fluxos – o produto das ações que são realizadas no espaço. Em uma segunda abordagem, leva em conta as relações sociais presentes em um território configurado. No terceiro momento, diz que o espaço não pode ser separado de uma combinação de elementos constituídos por objetos e ações.

Segundo Santos, “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território” (SANTOS, 1996, p. 15). Além disso, diz que vive-se em uma “dialética do território” (1996, p. 17).

Ao fazer essa observação, Santos (1982) considera o espaço como uma organização caracterizada pelo dinamismo:

O espaço, entretanto, não é usualmente considerado como uma das estruturas da sociedade, mas um mero reflexo. E, se concluímos que a organização do espaço é também uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história, sua inércia passa a ser dinâmica. (SANTOS, 1982, p. 29 e 30)

Andrade complementa o pensamento de Santos, ao afirmar que “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1996, p. 213).

Se é preciso usar da linguagem para conceituar um espaço, um lugar e uma região, podemos fazer uso da linguística para reivindicar a função fundamental do nome⁷ nesse processo de denominação. O nome das ruas revela bem mais do que aspectos históricos ou econômicos da cidade – ele delimita uma região, a partir do ato denominador.

Se “é o nome que revela as fronteiras internas da cidade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 214) ele é tomado como ponto de partida para a delimitação dos espaços e constituição de uma região – neste caso, a do centro de Caxias do Sul.

A denominação, por natureza ou convenção, acaba estipulando uma relação simbólica de poder. E é essa relação, embutida de força, que ajudará a explicar a origem do nome de um hodônimo, bem como a intencionalidade e o poder que está por trás do ato de nomeação.

⁷ No caso específico deste trabalho, ao se fazer referência a “nomes”, subentende-se “nomes de ruas”, sempre que o contexto ensejar esta interpretação.

E o ato de nomear vem carregado de intencionalidade, dada a motivação do signo toponímico⁸, tal qual o estabelecimento de uma região. Segundo Bourdieu (2001, p. 113) uma região se estabelece através de um ato mágico de poder. Se a constituição de uma região não se dá por acaso, já que precisa de identidades regionais que a legitimem, pode-se dizer que o conjunto das 18 ruas centrais desta cidade, que homenageiam em sua maioria vultos e acontecimentos políticos sul-rio-grandenses, deem pistas e se agrupem em uma região sem fronteiras visíveis e, necessariamente, delimitadas em um espaço geográfico.

A ideia de “rede de relações” apresentada por Pozenato (2003), aparece como conceito fundamental para entender a distinção que se estabelece entre região e regionalidade. Assim, para esse autor, a regionalidade seria expressa através das redes de relações presentes em uma região específica. Nesse caso, consideraremos o centro de Caxias do Sul.

Ressalta-se, no entanto, que a referência ao centro faz-se necessária por causa do corpus deste trabalho, pois se entende que, nos estudos atuais sobre região e/ou regionalidade, “as ideias de centro e de fronteiras perdem cada vez mais o seu sentido” (POZENATO, 2003, p. 157), uma vez que o advento da tecnologia nos permite repensar os parâmetros territoriais.

Para o autor:

A região não é pois, na sua origem, uma realidade *natural*, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade. Tal divisão só não é totalmente arbitrária porque, por trás do ato de delimitar um território, há certamente critérios, entre os quais o mais importante é o do alcance e da eficácia do poder de que se reveste o *auctor* (grifo do autor) da região. Enquanto esse poder é reconhecido, a região por ele regida existe. Em suma, a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço *natural*, com fronteiras *naturais*, é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja da ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências. (POZENATO, 2003, p. 150)

Além da intenção política que existe para a sua constituição, Bourdieu afirma (2001, p. 115) que a região é mais um produto do tempo do que do espaço. Ou seja, não é a delimitação geográfica que a constitui exclusivamente, mas a junção de elementos históricos, políticos, econômicos, entre outros, tal quais os estudos linguísticos e extralinguísticos presentes na toponímia e na hodonímia.

⁸ Como já foi referido, diferentemente do signo lingüístico, que é arbitrário, o signo toponímico, usado para designar um lugar, é “motivado”.

Pozenato (2003, p. 152) afirma, ainda, que “uma determinada região é constituída, portanto, de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la”. O autor destaca, no entanto, que região, neste caso, entende-se sempre por “redes de relações”, contraponto o conceito ao de “realidade *natural* (grifo do autor)”.

O conceito de região é bastante complexo e permite diferentes interpretações. Tomaremos, aqui, a ideia de “rede de relações” apresentada por Pozenato (2003), entendendo esse feixe como conceito fundamental para entender a distinção que se estabelece entre região e regionalidade. Assim, para o autor a regionalidade seria expressa através das redes de relações presentes em uma região específica. Nesse caso, consideraremos o centro de Caxias do Sul.

Para Mayol (1996, p.14), o espaço urbano é “o lugar de conhecimento”:

o bairro surge onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele *a pé saindo da sua casa*. Por conseguinte, é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência.

Nessa abordagem, o Centro de Caxias do Sul precisa ser pensado levando-se em consideração o caráter histórico de denominação das ruas e as relações que foram produzidas através do ato de nomear. Essas relações remetem-nos à Antiguidade, período em que o homem se preocupava em nomear as coisas.

Desde a Grécia antiga, o homem preocupava-se em dar nomes às coisas. Num período bem antigo, entretanto, não havia a distinção entre nome comum e nome próprio – a referência designativa era a palavra *onoma* (nome).

Lyons (1979) explica que é necessário rever o que se pensava sobre o significado existente entre um objeto e seu nome:

Os filósofos gregos do tempo de Sócrates, e, em seguida, Platão, propuseram a questão nos termos em que ela geralmente se propõe até hoje. Para eles a relação semântica que liga as palavras às coisas é a de “denominar”; e a questão que daí decorre é a de saber se os “nomes” dados às “coisas” eram de origem “natural” ou “convencional”. (LYONS, 1979, p. 429)

A denominação, por natureza ou convenção, acaba estipulando uma relação de poder. E é essa relação, embutida de força, que ajudará a explicar a origem do nome de um hodônimo, bem como a intencionalidade e o poder que está por trás do ato de nomeação.

Foucault (2007) recusa análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes. Ele acredita que “aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não lingüística. Relação de poder, não relação de sentido.” (FOUCAULT, 2007, p.6)

Região é “um encontro entre programas de ação. A ‘região’ vem a ser, portanto o espaço criado por uma interação. Daí segue que num mesmo lugar há tantas regiões quantas interações ou encontros entre programas” (CERTEAU, 2002, p. 212).

Em *A Invenção do Cotidiano*, Certeau (2002) estabelece a dicotomia lugar/espaço, sendo o lugar estável, frio e estático. Dadas essas características, duas coisas não podem ocupar o mesmo lugar, mas, quando as coisas conseguem comunicar-se, acabam transformando o lugar em espaço. Segundo ele, “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 2002, p. 202).

Sendo configuração de posições, o lugar é inerte, estável e, ao contrário, o espaço é vivo de interações e poderes.

Certeau (2002) complementa que:

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. (CERTEAU, 2002, p. 202).

O núcleo da Colônia italiana constitui-se numa região denominada através das relações políticas de poder, onde a população majoritária sequer estava representada. Foucault (1995) centra a análise na importância do poder nas relações. Ele defende que a estrutura social é atravessada por várias relações de poder, que se configura quando existe ação sobre

as ações e afirma também que essas relações não estão localizadas em um local específico, como no Estado. Diz, ainda, que a sociedade sem relações de poder é uma abstração.

Segundo ele, “não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p.40).

O Centro de Caxias do Sul, portanto, deve ser ressignificado através de seu caráter histórico e em relação aos procedimentos que o estabeleceram, somados à visão da realidade em que foi produzida para nomear.

É a interação que distingue, também, região do espaço – e a caracteriza. Se o espaço pressupõe mobilidade, a região pressupõe intercâmbio, troca, como também afirmam Bourdieu (2001) e Pozenato (2001). O Centro de Caxias do Sul passa a ter traços de região quando as forças políticas e produtivas interagem entre si, criando “redes de relações” (POZENATO, 2001, p. 587). Como é a partir do centro que a cidade passa a se desenvolver, é também a partir dele que se constitui em uma região delimitada pelo ato de nomear.

Santos (1982) considera o espaço como um reflexo da sociedade. Se levarmos em consideração os hodônimos luso-brasileiros que mapeiam o Centro de Caxias do Sul, podemos enxergar a relação estreita entre os espaços compreendidos pela simbologia das denominações das 18 ruas, e a delimitação de uma região a partir de uma análise política da denominação do território.

A partir deste ponto de vista, fica claro entender quão determinante era o poder político para legitimar seus expoentes com nomes de ruas.

2.3 O nome e o outro: identidades regionais revelam diferenças

Se a cultura, a história, a antropologia, a geografia e a linguística são fundamentais no processo de construção de uma região, é importante ressaltar, também, que ela constitui-se em um espaço de mediação de identidades.

Paviani (2004) defende que, apesar de os conceitos de região serem diversos e de encerrarem em si mesmo uma determinada vertente de pensamento (como a geografia e a literatura, para citar algumas delas), eles têm algo em comum: “a necessidade de a região referir-se a uma experiência antes de ser determinada cientificamente” (PAVIANI, 2004, p. 83).

Normalmente, toma-se o regional em oposição ao nacional ou ao global, sendo que os conceitos são complementares. O universal só existe por causa do particular, bem como o nacional só existe graças ao regional. O regional é a mediação entre o particular (individual) e o universal. No Brasil, por exemplo, os movimentos regionais serviram como inspiração a modelos de integração nacional.

Para Paviani (2004, p.84), “a região, portanto, é o elo (ponte) de ligação entre as experiências individuais, de cada lugar, e as manifestações da cultura universal”.

No caso do Centro de Caxias do Sul, os nomes não-italianos opõem identidades gaúchas e brasileiras à italiana, ao mesmo tempo em que demarcam relações estabelecidas pelo poder político. Ao escolher nomes de vultos da política sul-riograndense para nomear as principais ruas do núcleo urbano, os denominadores, possivelmente, tentavam afirmar uma nacionalidade através da prática regional.

Woodward (2005) revela que é a alteridade uma das principais responsáveis pela demarcação da diferença:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* (grifo do autor) de representação quanto por meio de formas de exclusão *social* (grifo do autor). A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* (grifo do autor) da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*⁹ (grifo do autor) (WOODWARD, 2005, p. 39-40).

Percebe-se isso pelo fato de os nomes mencionados anteriormente terem ligação aos principais acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul. Segundo Bourdieu (2001, p.113),

⁹ Segundo Woodward (2005), um sistema classificatório pressupõe a divisão de uma população, bem como de suas características, em dois grupos opostos: nós/eles, eu/outro.

“o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”.

Essa poderia ser uma tentativa de aproximação do estrangeiro às figuras representativas do local que os acolheu, bem como uma maneira de subjugar a etnia daqueles que constituíam população majoritária na colônia.

Aproveitando o conceito de Woodward (2005, p. 9) “a identidade se demarca pela diferença”. Júlio de Castilhos não é apenas um gaúcho ou um brasileiro: ele é um não italiano. Essa exclusão é o que caracteriza, fundamentalmente, a identidade.

Ela diz ainda que:

(...) a afirmação das identidades nacionais é historicamente específica. Embora se possa remontar as raízes das identidades nacionais em jogo na antiga Iugoslávia à história das comunidades que existiam no interior daquele território, o conflito entre eles surge em um momento particular. Nesse sentido, a emergência dessas diferentes identidades é histórica; ela está localizada em um ponto específico do tempo. Uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos. (WOODWARD, 2005, p.11).

A pesquisadora toma o exemplo europeu de um país que foi dissolvido para evidenciar que a identidade está estritamente ligada à história e ao que precede a necessidade de seu reconhecimento – uma vez que ela é conhecida a partir do contraste. Não se pode deixar de mencionar, também, a cultura como elemento constitutivo de uma identidade. Woodward (2005) complementa a afirmação:

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. (WOODWARD, 2005, p.18-19)

Não se possui um elemento objetivo para definir a identidade de um grupo étnico. Ela será percebida por um agrupamento de elementos constitutivos que vão de encontro a outros elementos de grupos diversos.

Segundo Frosi, Faggion e Dal Corno (2006, p. 99) nas primeiras décadas da RCI os imigrantes italianos “se reconheciam como cidadãos pertencentes a um mesmo grupo étnico, enquadrados num mesmo nível socioeconômico-cultural, irmanados na luta pela sobrevivência na terra de adoção”.

De acordo com as pesquisadoras, a imagem que o italiano que veio para o Brasil e, neste caso específico, para Caxias do Sul, tem dele mesmo é responsável pela construção de sua identidade ítalo-brasileira. E o trabalho é o principal item que serve para caracterizá-lo e, assim, distingui-lo dos não-italianos.

Woodward (2005, p.38) afirma que “as identidades são produzidas em momentos particulares no tempo”. Assim, no final do Século XIX, quando a população era majoritariamente italiana, fazia mais sentido questionar sua representatividade nos nomes de ruas do que se a pergunta fosse feita atualmente. Ainda assim, hoje existem 62% de nomes italianos representados nos topônimos de Caxias.

3. NOMES E SEUS PERCURSOS

3.1 As ruas de Caxias do Sul, dados gerais

Em termos precisos, este trabalho busca entender por que apenas uma das 18 ruas do centro de Caxias do Sul foi contemplada com nome italiano. Do total de nomes de logradouros desse município, 3.664, conforme lista atualizada pela prefeitura em 12 de janeiro de 2010, 62% são italianos, 38% são não italianos¹⁰. Considere-se que, nas primeiras décadas da colonização, a comunidade caxiense era formada, predominantemente, por italianos e respectivos descendentes.

Os 62% de hidônimos representados por nomes italianos indicam, ainda hoje, vantagem numérica para o grupo étnico italiano; contudo, um olhar mais atento à realidade caxiense leva a entender que quantidade nem sempre representa poder e prestígio. Interesses políticos do país acolhedor tiveram papel relevante nas denominações das ruas mais importantes e centrais da cidade. Talvez tenha havido da parte dos administradores e líderes políticos brasileiros o desejo de promover personagens importantes visando à aculturação do grupo estrangeiro inserido em terras brasileiras.

¹⁰ FROSI, 2010, cálculos constantes no texto a ser apresentado no *Congresso Internacional di Linguística e Filologia Romàniques València 2010*, realizado em Valência.

3.2 Categorização dos hodônimos

Tendo em conta o modelo taxionômico proposto por Dick (1980), procurou-se dele fazer uso com o intuito de enriquecer o trabalho, aplicando os termos de sua classificação às ruas de Caxias do Sul. Embora a hodonímia não tenha autonomia em relação à toponímia, ela possibilita que se faça uma classificação similar.

Como não foram encontrados, na literatura a que se teve acesso, uma classificação específica para os hodônimos, permitiu-se, partindo da categorização dos topônimos proposta por Dick (1980) e seguida pelos estudiosos brasileiros, em geral, – efetuar a sua aplicação também aos hodônimos – fazendo, quando for o caso, as adaptações necessárias.

Essa classificação, já consagrada em muitos trabalhos de caráter científico, encontra preciosas e abundantes abonações em estudos, dentre outros, de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1975, 1980, 1986, 1990, 2001, 2007); de Aparecida Negri Isquerdo (1996, 2001, 2007); e de Alexandre Melo de Sousa, no seu Estudo Toponímico dos Lagos Acreanos.

No caso de Caxias do Sul, que possui 3.664 hodônimos, não se conseguiu contemplar todas as categorias de topônimos propostas Dick. No corpus aqui estudado, subtraem-se quatro taxes de natureza física: cromo-hodônimos, lito-hodônimos, meteoro-hodônimos e morfo-hodônimos; bem como dois taxes de natureza antro-po-cultural: dirrema-hodônimos e soma-hodônimos. A taxonomia urbana proposta, assim, constitui-se de 21 taxes, a seguir exemplificados:

3.2.1 Hodônimos de Natureza Física

- Astro-hodônimos: hodônimos representados por nomes dos corpos celestes em geral. Ex: Rua Júpiter, Avenida Sírius, Rua Estrela;
- Cardino-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos às posições geográficas em geral. Ex. Perimetral Norte;
- Dimensio-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Ex. Rua Grande;

- Fito-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos aos vegetais. Ex. Rua das Rosas;
- Geomorfo-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos às formas topográficas. Ex. Rua Monte Castelo;
- Hidro-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Rua Rio Grande;
- Zoo-hodônimo: hodônimos representados por nomes referentes aos animais. Ex. Rua das Águias, Rua dos Rouxinóis, Rua do Camaleão.

3.2.2 Hodônimos de Natureza Antropo-cultural

- Animo-hodônimos (ou Noo-odônimos): hodônimos representados por nomes relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Rua da Felicidade;
- Antropo-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Rua Garibaldi;
- Axio-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Rua Coronel Flores, Rua Duque de Caxias;
- Coro-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Rua Colômbia, Rua Maranhão;
- Crono-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Estrada Velha, Rua Nova Araçá;
- Eco-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos às habitações em geral. Ex. Estrada Vila Flória A. Formigheri;
- Ergo-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos aos elementos da cultura material. Ex. Estrada Municipal da Uva;
- Etno-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Rua Aimoré; Rua Tupi;
- Hiero-hodônimos: hodônimos relativos a nomes sagrados, de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Avenida Santa Fé. Essa categoria subdivide-se em:

Hagio-hodônimos: hodônimos representados por nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano. Ex. Rua Santo Antônio;

Mito-hodônimos: hodônimos representados por nomes de entidades mitológicas. Sem exemplo contemplado nas ruas de Caxias do Sul.

- Historio-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Rua Vinte de Setembro;

- Hodo-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Caminho das Colônias;
- Número-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos aos adjetivos numerais. Ex. Primeira Légua, Estrada Quinto Slomp;
- Polio-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos à vila, aldeia, cidade, povoação, ao arraial. Ex. Rua Colômbia;
- Socio-hodônimos: hodônimos representados por nomes relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Rua das Bordadeiras.

3.3 A interrelação dos hodônimos com o contexto extralingüístico

Para este estudo, os 18 nomes analisados, baseados nesta classificação, enquadram-se na divisão de natureza antro-po-cultural, em três categorias específicas: antro-po-hodônimos – Rua Garibaldi, Avenida Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Moreira César, Bento Gonçalves, Ernesto Alves, Borges de Medeiros, Dr. Montauri, Feijó Júnior, Guia Lopes, Sinimbu, Alfredo Chaves; axio-hodônimos – Rua Coronel Flores, Marechal Floriano, Marquês do Herval, Visconde de Pelotas; e historio-hodônimos – Rua 20 de Setembro, Rua Os 18 do Forte. Em alguns deles, é possível, ainda, contar com mais de uma categoria classificatória como, por exemplo, a Rua Bento Gonçalves, que pode ser antro-po-hodônimo e historio-hodônimo.

Os hodônimos analisados neste trabalho deixam claro que as principais vias de Caxias do Sul homenageiam, em sua maioria, heróis de guerras, seja a do Paraguai, seja a Revolução Farroupilha ou Federalista, e principalmente integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Há apenas um italiano citado: Giuseppe Garibaldi, o “herói de dois mundos”.

Nota-se a predominância, também, dos nomes não-italianos nos logradouros, principalmente com influência luso-brasileira. Mesmo que a maioria dessas vias tenha tido seus nomes substituídos por outros, foi mantida a origem do grupo étnico a que eles pertenciam.

A Avenida Júlio de Castilhos era chamada de Rua Grande, depois Rua dos Caiporas e, mais tarde, Rua Silveira Martins. O nome atual da rua, tal qual se conhece, foi oficializado em 1º de março de 1893, conforme documento assinado pelo intendente municipal de Santa Teresa de Caxias, Antônio Xavier da Luz (ADAMI, 1971, p. 136-137).

A Rua Os 18 do Forte era a Rua Andrade Pinto, a Rua Pinheiro Machado era a Rua Lafayette, a Dr. Montauri era a Villa Bella, a Rua Borges de Medeiros era a Leôncio de Carvalho e depois Rua Xaxá Pereira (MACHADO, 2001, p. 83), as ruas centrais que permanecem com seus nomes originais são a Rua Sinimbu, a Vinte de Setembro, a Garibaldi, a Visconde de Pelotas, a Andrade Neves e a Rua Marquês do Herval.

Com exceção das ruas Marquês do Herval e Guia Lopes, os demais logradouros aqui analisados foram nomeados ou no período da colonização¹¹ ou em 1897. Ao dizer período da colonização, entende-se a primeira década, isto é, a partir de 1875, estendendo-se, provavelmente, até 1897. Não se conseguiu encontrar nenhum documento escrito que precisasse o ano. Esta lacuna foi creditada à queima de muitos documentos, quando, em 1992, ocorreu o incêndio que destruiu grande parte do principal pavilhão da prefeitura municipal de Caxias do Sul.

Nas últimas décadas do século XIX, era maciça a presença italiana na cidade. Mas esse grupo étnico não gozava de poder político. E, como já foi referido anteriormente, o ato de nomear quase sempre implica em uma relação de poder.

Era preciso que os imigrantes italianos sentissem que tinham saído de seu país de origem e, uma das formas mais rápidas de fazer isso, foi mostrando a falta de prestígio que seus integrantes tinham na hora de batizar coisas e lugares. Todavia, a probabilidade maior teria sido, sem dúvida, a do grande interesse do governo brasileiro na aculturação do imigrante italiano à pátria adotiva, já nas primeiras décadas da colonização.

A presença do elemento étnico português estava intrinsecamente ligada à minimização do prestígio do grupo étnico italiano estabelecido na RCI. E essa relação é exemplificada por Nascimento (2009, p. 57):

¹¹ Por período da colonização compreendem-se as primeiras décadas da chegada dos imigrantes italianos, que aportaram na região em 1875, em que não há data precisa registrada para a denominação das ruas.

Os funcionários do Estado imperial brasileiro eram o elo entre os imigrantes e a terra no Brasil, seja urbana ou rural. Eram eles que também mediavam a velha forma de vida dos imigrantes e a nova forma de organização social, que, como colonos, desenvolveram no Nordeste do Rio Grande do Sul. Eram também os funcionários do Estado imperial brasileiro que estavam entre a natureza, sem intervenção humana, e o território organizado para a ocupação do imigrante italiano. (NASCIMENTO, 2009, p. 57)

Assim, o imigrante italiano era apenas o ocupante da terra, a mão de obra que construía cidade. Ele não tinha direitos políticos nem representatividade social. Durante a República Velha, os imigrantes italianos não tinham qualquer expressão política. Conforme Pesavento (1980, p. 180), eles eram “massa eleitoral de manobra”¹².

Os portugueses foram o primeiro grupo de imigrantes no Brasil. De acordo com Giron e Bergamaschi (2004, p. 56), “nada menos que 712.835 portugueses entraram no Brasil entre 1884 e 1913, número que corresponde a 27% do total de estrangeiros entrado no Brasil”. Depois, vieram os italianos:

No período considerado, é o mais numeroso, representando nada menos que 43,8% do total. Os italianos têm sua entrada no Brasil quando a colonização sofre uma aceleração em relação aos períodos anteriores. No período compreendido entre 1884 e 1913, entram cerca de um milhão e meio de imigrantes italianos. (GIRON E BERGAMASCHI, 2004, p. 56)

A negação de seus nomes pode ter sido o início de um processo de aculturação forçada, que visava a integrar o imigrante à pátria brasileira. Mas, para perceber como um hodônimo pode determinar a expressão de uma época, através do tempo, é preciso levar em conta os princípios teóricos de Dauzat sobre a sobreposição de camadas históricas que um nome pode conter.

Os hodônimos, assim, representam uma via para a busca de parte da história, como se fossem percorridos caminhos de volta aos primeiros anos de ocupação da cidade. Em cada movimento, curva ou observação mais atenta, pode-se desvelar a opacidade do signo hodonímico.

¹² Pesavento, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense, In: Dacanal, J.H (org). RS: imigração & colonização. Porto Alegre. Mercado Aberto: 1980.

É importante ressaltar que, a partir da terceira década do Século XIX, a economia gaúcha, que era baseada no trigo e nas charqueadas, entra em crise. A economia em baixa acaba refletindo a insatisfação também na política, quando têm início as guerras platinas e a Revolução Farroupilha. Esses conflitos mostram “a fragilidade dos laços que unem a província ao Império brasileiro” (GIRON E BERGAMASCHI, 2004, p. 181).

Segundo as autoras, os conflitos diminuiriam significativamente a população e, assim, a capacidade de produção agrícola. A solução para o problema é o assentamento de imigrantes que, inicialmente, são alemães, nas regiões dos rios Caí e dos Sinos e, posteriormente, italianos. Giron e Bergamaschi (2004) afirmam que:

o aumento de delitos criminais, e a rebeldia da ‘nação gaúcha’, no dizer de Dreys, exigem providências do governo imperial, e a principal é a introdução de imigrantes italianos, que além de garantir a posse do território gaúcho para o Império, aumenta a produtividade agrícola cultivando terras até então devolutas. (GIRON E BERGAMASCHI, 2004, p. 181)

De certa forma, esta dependência que o morador luso-brasileiro tinha em relação ao imigrante italiano, aparece como relação inversa anos mais tarde, na escolha dos personagens que serão homenageados com suas denominações.

E a observação indica que esses nomes, dados, em sua maioria, no final do Século XIX, antecipam, de certo modo, o que aconteceria na RCI em período anterior à Segunda Guerra Mundial, quando, em 1937, o ensino escolar em língua portuguesa foi padronizado nacionalmente¹³ e teve impacto político, social e histórico. Na denominação das ruas, essa força já existia, mas talvez fosse percebida de forma menos contundente. Depois, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, intensificou-se a proibição de falar o dialeto italiano e isso contribuiu para a desvalorização do grupo étnico italiano da região Sul do Brasil. Mais uma vez, segundo o que afirma Dick (1996), é preciso contextualizar os nomes, para tirá-los do esquecimento:

a toponímia é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço de tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro (...). (DICK, 1996, p.12)

¹³ Oficializado por meio de dois decretos-lei do período do Estado Novo: o de número 406, de maio de 1938, e o 1545 de 25 de agosto de 1939.

No caso dos hodônimos aqui analisados, é possível identificar elementos do universo cultural luso-brasileiro, inclusive, pode-se determinar o período histórico do Brasil ao qual esses hodônimos fazem referência. Neste caso, a cultura majoritária, diferente daquela do grupo étnico minoritário, foi determinante, por seu prestígio político, na escolha dos denominativos das ruas.

A denominação da Rua Dr. Montauri, por exemplo, substitui a da Rua Villa Bella e, assim, tenta-se colocar no esquecimento o traço cultural italiano responsável pelo primeiro nome, que fora espontâneo, dado pela boca do povo que, predominantemente, formava a comunidade naquela época.

Enquanto homenageia o Doutor José Montauri de Aguiar Leitão, engenheiro e político brasileiro pertencente ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que se destacou como funcionário da Comissão de Terras¹⁴, a via encobre um significado escolhido pelo povo. Doutor Montauri foi diretor da colônia entre 1891 e 1893, na fase de consolidação do município.

Villa, na Itália, é um palácio ou uma mansão que inclui um terreno com árvores, fontes, estátuas, entre outros, e pertence a uma abastada família italiana (Villa Borghese, Villa Palladio etc.). Aqui, imigrantes italianos avistaram uma casa bonita, localizada na referida rua, e deram a ela o nome de Villa. Além disso, o adjetivo foi motivado também pelas moças bonitas que viviam nessa casa suntuosa. A poética da Rua Villa Bella foi substituída pela materialidade da influência política na cidade, homenageando um de seus funcionários “ilustres”.

A Avenida Júlio de Castilhos era chamada Rua dos Caiporas nas proximidades do atual bairro Nossa Senhora de Lourdes¹⁵ e de Rua Grande antes do designativo oficial. Segundo Machado (2001, p. 73), ela foi a primeira rua a ser povoada em Caxias, com a chegada dos primeiros imigrantes.

¹⁴ Vale lembrar que, até 1890, os imigrantes italianos ficavam à mercê dos integrantes de Comissão de Terras e, depois da emancipação, continuavam subjugados para que a paz e a ordem fossem mantidas na região.

¹⁵ Palavra indígena, segundo Lermen (1996) significa “o que vive no mato”; *Dicionário Toponímico Tupi-Guarani Portugêses*. Machado (2001, p. 137) diz que, na memória popular, caipora significava também “infeliz e coitado”, fazendo com que os moradores tivessem vergonha deste nome.

A autora explica:

A primeira rua, cuja data de abertura não foi possível precisar, denominava-se Silveira Martins, chamada pela população de Rua Grande por ser a mais larga e mais longa da Villa, constituindo-se no eixo central que fazia a ligação da *Sede Dante* (grifo da autora) com a estrada Rio Branco, principal saída de Caxias até 1910 para o município de São Sebastião do Caí (...) Posteriormente seu nome foi alterado para Rua Júlio de Castilhos. (MACHADO, 2001, p. 73)

O ícone do castilhismo deixou para trás o nome carinhoso pelo qual os habitantes reconheciam a via que atravessava a praça principal da localidade e que era a maior de todas: a Rua Grande. Antes dele, foi Silveira Martins quem homenageou, brevemente, o hodônimo.

Político e membro do Partido Republicano Riograndense (PRR), Castilhos não venceu apenas a disputa com Silveira Martins pelo nome da principal rua da cidade – ele se tornou um dos principais expoentes da política gaúcha, tanto que o castilhismo se consolidou como uma corrente política que governou por mais de 40 anos.

Castilhos dirigiu o jornal *A Federação* entre 1884 e 1889, onde propagandeou as ideias republicanas. Em 1891, elegeu-se deputado para a Assembleia. Em 15 de julho de 1891, foi eleito presidente do estado do Rio Grande do Sul. No entanto, com a queda de Deodoro da Fonseca, foi deposto no mesmo ano. Pouco mais de um ano depois, Júlio de Castilhos disputou uma eleição (sem concorrentes) e voltou a ocupar o antigo posto. Sua posse ocorreu em 25 de janeiro de 1893. Neste mesmo ano, também ocorreu a Revolução Federalista, liderada por Gaspar Silveira Martins.

Silveira Martins lutou pela aprovação da Lei Saraiva¹⁶, que mudou a relação entre a elite rio-grandense e os grupos mais representativos de imigrantes alemães, que começavam a eleger seus representantes políticos. Tornou-se, com isso, a autoridade máxima e isolada dos liberais rio-grandenses.

Pesavento (1997) explica que era o Partido Liberal quem representava os interesses dos pecuaristas locais, com suas reivindicações federalistas e descentralização. Para a autora, “deve ser entendida, antes de tudo, como uma ação política destinada a permitir que, pelo

¹⁶ Lei de 1881, que concedia votos aos não-católicos e estrangeiros.

apoio do poder central, parte da oligarquia regional pudesse tornar-se governo e usufruir de benefícios resultantes.” (PESAVENTO, 1997, p. 51)

A tônica principal do discurso republicano e do discurso federalista foi a afirmação de uma disputa. Os republicanos garantiam que estavam defendendo a República. Os federalistas, por sua vez, contra-atacavam apresentando-se como defensores dos ideais da democracia, das vantagens do parlamentarismo e da liberdade individual. Não havia meio termo. A questão era colocada como se estivesse em curso uma batalha entre o bem e o mal: ou Júlio de Castilhos ou Silveira Martins.

Na vila de Caxias do Sul, os liberais não tiveram vez. Silveira Martins emprestou o nome durante apenas 13 anos. Júlio de Castilhos ainda é lembrado como o nome designativo da principal rua da cidade. Hoje, o valor histórico é sobreposto pelo valor de localização. Mais do que um expoente da política Rio-Grandense, Júlio de Castilhos, quando assumiu nome de rua, tornou-se um referente – e não um personagem histórico.

As camadas histórico-culturais sobrepõem-se umas às outras, na passagem do tempo, tornando o signo toponímico/hodonímico opaco. (DAUZAT, 1926; DICK, 1990; CARVALHINHOS e ANTUNES, 2007).

Em 11 de março de 1897, Júlio de Castilhos visitou a Vila de Santa Teresa de Caxias e que, segundo Gardelin (2003)¹⁷, “o tributou uma acolhida apoteótica”. E, nessa visita, o político distinguiu Caxias com o título de “Pérola das Colônias”, que se tornou uma referência até os dias de hoje.

3.4 Hodônimos e motivações

Ao se analisar a hodonímia de Caxias do Sul, percebe-se claramente que as denominações colocam em confronto duas culturas: a italiana e a não-italiana (essa última

¹⁷ Gardelin, Mário. *Os Topônimos da Cidade de Caxias do Sul: Avenida Júlio de Castilhos*. Texto divulgado enquanto assessor para assuntos de Povoamento, Imigração e Colonização da UCS, em 10 de maio de 2003, com o número 267.

aqui compreendida e distinta em duas subdivisões pra fins de análise, a dos brasileiros e a dos gaúchos). Exemplificam essa afirmação nomes como: Rua Cremona e Avenida Itália, em que os hodônimos têm relação com o grupo étnico italiano; Avenida Júlio de Castilhos e Rua Ernesto Alves, relacionados ao grupo étnico luso-brasileiro; Rua Vinte de Setembro, relacionada com o grupo étnico brasileiro do Rio Grande do Sul, isto é, com o gaúcho.

Os 18 hodônimos foram analisados levando-se em conta sua atuação, etimologia e grupo étnico. O quadro que segue baseia-se no modelo apresentado por Frosi¹⁸.

¹⁸ FROSI, Vitalina Maria. Nomi italiani per strade e piazze brasiliane. In: MARCATO, Gianna. *Dialetto, Uso, Funzioni, Form.* Padova: unipress, 2008, p. 341-346

3.5 Hodônimos do centro de Caxias do Sul, suas características

Nome da rua	Nome da pessoa	Função da pessoa homenageada	Etimologia	Taxionomia *
Avenida Júlio de Castilhos	Júlio Prates de Castilhos	Jornalista, político, gaúcho. Foi presidente do Rio Grande do Sul e defensor do Partido Republicano Riograndense (PRR).	Castilhos é sobrenome português de procedência espanhola. De origem geográfica, deriva de castillo (castelo), freqüente na toponímia. (GUÉRIOS, 1973, p.78)	Antropo- hodônimo Historio- hodônimo
Rua Alfredo Chaves	Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves	Foi engenheiro e político, um dos ministros da Colonização do Império. Inspetor geral de terras e colonização	Chaves é sobrenome português geográfico, do latim (Aguas) Flávias “águas flavianas, de Flávio”. O português arcaico Chávias sofreu influxo de Chaves. (GUÉRIOS, 1973, p. 80)	Antropo- hodônimo
Rua Bento Gonçalves	Bento Gonçalves da Silva	Militar, comandante da Revolução Farroupilha nascido em Triunfo, Rio Grande do Sul, maçom e defensor de idéias liberais, pelas quais lutou.	Gonçalves é sobrenome português, em vez de Gonçalvez, patronímico de Gonçalo. No espanhol, Gonzáles. (GUÉRIOS, 1973, p. 118). Machado (2003, p. 727) diz que aparece sob várias formas nos textos medievais, formando duas séries de derivados de radicais distintos: Gundi- e Gon-.	Antropo- hodônimo Historio- hodônimo
Rua Borges de Medeiros	Antônio Augusto Borges de Medeiros	Foi político, governador do Rio Grande do Sul de 1908 a 1913.	Borges é sobrenome português geográfico, do francês Bourges. Medeiros é sobrenome geográfico “lugares onde há moedas (ou feixes de trigo, palha, etc.)” (GUÉRIOS, 1973, p. 155)	Antropo- hodônimo
Rua Dr. Montauri	José Montauri de Aguiar Leitão	Foi engenheiro e político brasileiro, também funcionário da Comissão de Terras. Governou Porto Alegre por 27 anos, pertenceu ao partido Republicano Rio-grandense (PRR).	Leitão é “sobrenome português, primitiva alcunha”. “Há em Portugal dois ramos dessa família, ambos de fidalgia”. (GUÉRIOS, 1973, p. 143)	Antropo- hodônimo
Rua Ernesto Alves	Ernesto Alves de Oliveira	Foi jornalista e político brasileiro, diretor da instrução pública.	Alves é sobrenome português abreviação do patronímico Álvares. (GUÉRIOS, 1973, p. 52). Oliveira é sobrenome português de origem geográfica, com significado de “árvore de azeitonas” (GUÉRIOS, 1973, p. 170)	Antropo- hodônimo
Rua Garibaldi	Giuseppe Garibaldi	Foi um político e militar revolucionário italiano, 1807-1882.	Garibaldi é sobrenome de “origem italiana ou de origem Lombardo-bávara: ousado, intrépido (bald) como uma lança, venábulo (gari) ou lança intrépida” (GUÉRIOS, 173, p.114)	Antropo- hodônimo Historio- hodônimo

Rua Guia Lopes	José Francisco Lopes	Como militar consagrou-se herói da Guerra do Paraguai, mineiro de nascimento.	Sobrenome português, vem de lopo, forma arcaica e erudita do latim Lupus (lobo). Machado (2003, p. 894) diz que é um patronímico do antropônimo Lopo.	Antropo- hodônimo Historio- hodônimo
Rua Marechal Floriano	Floriano Peixoto	Foi um grande militar, marechal do Exército e político brasileiro, vice-presidente e segundo presidente do Brasil, de 1891 a 1894, no período da República Velha.	Peixoto é sobren. português “primitivo, diminutivo de peixe”. No arcaico, peixota: “pescada”. (GUÉRIOS, 1973, p. 176; MACHADO, 2003, p.1151)	Axio- hodônimos
Rua Marquês do Herval	Manuel Luiz Osório	Foi político e militar, dirigiu as operações do combate de Tuiuti, onde o exército paraguaio foi dizimado. Foi também Ministro da Guerra.	Osório é nome e sobrenome português geográfico, como consta em documentos portugueses do século X: Osorius Lucidi. Para Dauzat (apud Guérios), o nome é basco “caçador de lobos”. (GUÉRIOS, 1973, p. 171). Osório é documentado em galego em muitos textos (MACHADO, 2003, p. 1352)	Axio- hodônimos
Rua Moreira César	Antônio Moreira César	Foi um militar brasileiro. Atingiu o posto de coronel do Exército Brasileiro, na arma de infantaria.	Moreira é “sobrenome português geográfico derivado de amoreira árvore de amora””. (GUÉRIOS, 1973, p. 160) César é sobrenome português que descende do latim Caesare. (GUÉRIOS, 1973, p. 80)	Antropo- hodônimo
Rua Pinheiro Machado	José Gomes Pinheiro Machado.	Militar, gaúcho, general do exército.	Pinheiro é sobrenome português geográfico: “lugar onde há pinhos; ou da árvore assim chamada”. (GUÉRIOS, 1973, p. 179). Machado é português talvez primitivo, “o vendedor ou fazedor de machados” ou alcunha de quem sempre andava com machados. (GUÉRIOS, 1973, p. 149).	Antropo- hodônimo
Rua Sinimbu	João Lino Vieira da Cansação de Sinimbu	Foi Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, político.	Sinimbu é sobrenome brasileiro, do tupi um camaleão, iguana. Foi adotado no Brasil na fase de nacionalismo dos tempos da Independência. (MACHADO, 2003, p.1352)	Antropo- hodônimo

Rua Visconde de Pelotas	José Antônio Correia da Câmara	Foi um militar, general e político brasileiro.	Machado (2003, p. 454) afirma que o sobrenome Correia está difundido em várias cidades do Brasil e Portugal. O topônimo Correia é derivado do sobrenome Correia. Guérios (1973, p.85) atribui a esse sobrenome origem geográfica e acrescenta 'lugar onde há carriolas, carrijolas e correlas (plantas). Câmara é sobrenome português que pode ser de origem geográfica ou da expressão homem da câmara d'el-rey, abreviação da Câmara.	Axio-hodônimos
Rua Feijó Jr.	Luis Antônio Feijó Jr.	Foi um desbravador da colônia, proprietário de uma sesmaria ao norte das 1ª e 2ª Léguas e ao oeste da 5ª Léguas, que sugeriu a transferência de Nova Milano para o local conhecido como Campo dos Bugres.	Feijó é sobrenome de origem galega. O galego Feijó é paralelo ao minhoto feijó (feijão), ambos derivados do latim phaseolu. (GUÉRIOS, 1973, p. 106) (MACHADO, 2003, p. 628)	Antropo-hodônimo Historio-hodônimo
Rua Coronel Flores	Thomas Thompson Flores	Militar gaúcho que morreu na Guerra de Canudos	Flores é sobrenome português, talvez patronímico de Flolus, derivado de flos: "flor" (GUÉRIOS, 1973, p. 109). Machado (2003, p. 650) acrescenta que é uma adaptação do francês Fleur.	Axio-hodônimos
Rua 20 de Setembro	Homenageia Bento Gonçalves da Silva	É o dia da proclamação da República do Piratini. Bento Gonçalves da Silva foi militar e revolucionário brasileiro.	----- ---	Historio-hodônimo
Rua Os 18 do Forte	Era um grupo revolucionário	Os 18 do Forte foi assim denominado o grupo de 18 chefes militares revolucionários, movimento ocorrido em 1922 no Forte de Copacabana.	----- ---	Historio-hodônimo

* Todas as ruas acima listadas são de natureza antropo-cultural e receberam seus nomes entre a época da colonização e o ano de 1939.

Para a elaboração dos dados constantes no quadro acima, foram consultadas e utilizadas as seguintes obras: VASCONCELLOS (1931); GUÉRIOS (1973); MACHADO (2003); BARATA; BUENO (1999); FERNANDES (1941); SOUSA, [s/d].

Conforme o quadro explicita, entre os 18 hodônimos analisados – sendo 16 deles com nomes de pessoas – há um predomínio de sobrenomes de origem portuguesa (75%), e uma única menção para um italiano (Garibaldi), um brasileiro (Sinimbu), um galego (Feijó) e um espanhol (Castilhos).

A predominância de famílias portuguesas é analisada por Dick (2001, p. 83):

nomes próprios de pessoas são obscurecidos em seu conteúdo léxico-semântico pela opacidade do próprio signo que os conforma, distanciados, na maioria das ocorrências, do foco original. Integram o inventário mais fechado da linguagem, cuja origem remonta, no Brasil, aos primeiros nomes de famílias portuguesas para aqui imigradas (apud DICK, 1990, p.112-128).

Além da etimologia, retomando-se a classificação das taxes propostas por Dick (1975), todos os hodônimos aqui apresentados enquadram-se na divisão de natureza antropológico-cultural. Podem ser agrupados em três categorias específicas: antropológico-hodônimos, aqueles representados por nomes relativos aos nomes próprios individuais: Rua Garibaldi, Avenida Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Moreira César, Bento Gonçalves, Ernesto Alves, Borges de Medeiros, Dr. Montauri, Feijó Júnior, Guia Lopes, Sinimbu e Alfredo Chaves; axiológico-hodônimos, aqueles representados por nomes relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais: Rua Coronel Flores, Marechal Floriano, Marquês do Herval, Visconde de Pelotas; e histórico-hodônimos, aqueles representados por nomes relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas: Rua 20 de Setembro e Rua Os 18 do Forte.

Sendo assim, é possível classificar os hodônimos referidos em mais de uma categoria. Com a exceção das ruas Alfredo Chaves, Dr. Montauri e Feijó Junior, as demais também são histórico-hodônimos.

O grupo de ruas centrais de Caxias do Sul com nomes não-italianos analisado neste trabalho pode ser reagrupado em dois blocos: heróis brasileiros e heróis gaúchos. Desses, serão distintos, ainda, aqueles com maior afinidade com a cidade ou com o poder imperial.

Para fazer essa divisão, toma-se a diferenciação feita por Oliven (1992, p. 11 e 12), ao falar sobre o nacional e o regional. Segundo ele, “para os gaúchos só se chega ao nacional através do regional, ou seja, para eles só é possível ser brasileiro sendo gaúcho antes”.

Essa identidade (do latim *idem*, refere-se à igualdade e continuidade) regional gaúcha, assim como a brasileira, é inventada. Hall (2006, p. 48) afirma que a identidade nacional é constituída pela cultura nacional, e essa identidade seria “transformada no interior da representação”. O autor diz, ainda, que ela é uma forma de dar sentido às ações. “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 48).

A cultura nacional funciona, portanto, como um sistema de representação que pode ser significado e ressignificado ao longo dos acontecimentos sociais. A hodonímia, neste caso, pode ser apontada como uma das várias produções culturais que fornecem (HALL, 2006, p. 52) “uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação”.

Mas essas narrativas não são capazes de minimizar a diferença que uma cultura comporta. Dick (2001, p. 79) afirma que “a fixação das bases lexicais para definir lugares ou identificar pessoas dispensa, muitas vezes, a necessidade de se situar o objeto em um plano efetivo de representação, em que o designado corresponde, no plano do parecer, ao que significa, no nível do ser”.

Hall conclui que as nações como uma identidade cultural unificada não existe. As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e diferenças sobrepostas.

Assim, ao se discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, deve-se ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para unir as diferenças em uma única identidade. Segundo Oliven:

Se a construção dessa identidade tende a exaltar a figura do gaúcho em detrimento dos descendentes dos colonos alemães e italianos, ela o faz de modo mais excludente ainda em relação ao negro e ao índio que comparecem no nível das representações de uma forma extremamente pálida. (OLIVEN, (1992, p.100)

Na República Velha, marcada pela descentralização política e administrativa, cresce a necessidade de se pensar a organização social do país, bem como de pensar sobre a questão do regional e do nacional. É durante esse período histórico que se desenvolvem os conflitos que originaram heróis que, posteriormente, viraram nomes de ruas de Caxias do Sul.

Para facilitar o entendimento, foram divididos hodônimos e personagens homenageados por eles de acordo com o movimento histórico e/ou político ao qual eles mais se identificam: Revolução Farroupilha, Revolução Federalista, Guerra do Paraguai, Revolta da Armada e pertencentes à época da colonização de Caxias do Sul.

Os hodônimos que homenageiam expoentes da Revolução Farroupilha são Bento Gonçalves, Garibaldi e 20 de Setembro. A Revolução Farroupilha costuma ser mais festejada do que a Revolução Federalista, visto que o primeiro conflito, entre 1835 e 1845, serviu para legitimar a “brasilidade dos gaúchos”¹⁹, enquanto o segundo é associado à “guerra civil mais sanguinolenta da história do Brasil”²⁰.

Esses três hodônimos são um caso curioso de denominação, já que os envolvidos estiveram em um conflito que por quase uma década separou o Rio Grande do Sul do resto do Império. Eles explicitam a força política do ato de nomeação. Nascimento (2009, p. 117) tem uma explicação para essa escolha: “é possível que essas denominações sejam escolhas pessoais de Luiz Manoel²¹, um rio-grandense que poderia estar influenciado pelas ideias de Proclamação da República no Brasil”.

¹⁹ ALVES, Francisco da Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002, p. 47

²⁰ LOVE, Joseph L. *O regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 77

²¹ Luiz Manoel de Azevedo era diretor interino da colônia Campo dos Bugres, que assumiu em 1878, e organizou o plano urbano da sede da Colônia Caxias. (NASCIMENTO, 2009)

O conflito, por si só, é uma marca identitária gaúcha, como observa Oliven (1992, p. 65):

O Rio Grande do Sul pode ser visto como um estado onde o regionalismo é constantemente repostado em situações históricas, econômicas e políticas novas. Mas embora as conjunturas sejam novas e a roupagem dos discursos se modernize, o substrato básico sobre o qual esses discursos repousam é surpreendentemente semelhante. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o gauchismo é um caso bem sucedido de regionalismo, na medida em que veicular reivindicações políticas que seriam comuns a todo um estado. A continuidade e vigência desse discurso regionalista indicam que as significações produzidas por ele têm uma forte adequação às representações da identidade gaúcha. (OLIVEN, 1992, p. 65).

Essas representações tais quais o autor se refere são percebidas nos nomes das ruas. Outros expoentes gaúchos homenageados são os da Revolução Federalista. Os hodônimos que os homenageiam são os principais personagens do Estado durante a República Velha: Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Marechal Floriano e Moreira César.

A Revolução Federalista aconteceu entre 1893 e 1895, como forma de contestação ao governo gaúcho que era liderado por Júlio de Castilhos. Ele recém havia elaborado a Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, inspirado no positivismo de Augusto Comte. Segundo Pesavento (1997), entre as leis estabelecidas estavam:

A presença de um legislativo estadual com poderes limitados a questões orçamentárias e um executivo forte com poderes de legislar por decreto sobre matérias não financeiras. Além disso, a Constituição postulava que o vice-presidente seria nomeado pelo presidente estadual e que este podia continuamente reeleger-se, uma vez obtidos $\frac{3}{4}$ partes dos votos. (PESAVENTO, 1997, p. 77)

Descontente com essa postura, o grupo liderado por Gaspar Silveira Martins, fundador do Partido Federalista Brasileiro, opôs-se a Júlio de Castilhos regionalmente e a Floriano Peixoto nacionalmente, já que ambas as lideranças eram aliadas politicamente.

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), tendo seus integrantes conhecidos como pica-paus, consolidou seu domínio sobre os maragatos federalistas. Nas ruas de Caxias do Sul, Silveira Martins também perdeu o nome para Júlio de Castilhos. Na disputa, foi Castilhos quem virou um referente.

Borges de Medeiros sucedeu Castilhos no cargo. E Marechal Floriano foi o responsável pelo envio de Moreira César à batalha. Pinheiro Machado chefiou a divisão do norte, poderoso contingente da região das Missões. Além disso, esteve à frente da política brasileira por mais de 20 anos.

Antes de se chamar Pinheiro Machado, a rua era conhecida como Lafayette. Possivelmente, a referência seja ao ministro de Justiça do gabinete de Sinimbu, quando presidente da província do RS, Lafayette Rodrigues Pereira, que teve seu nome de rua substituído pelo de um político mais expressivo. Os nomes dos aliados de Sinimbu, dados às ruas de Caxias do Sul, aqui analisadas, foram substituídos. O ministro do império Leôncio de Carvalho deu lugar a Borges de Medeiros e o ministro da marinha Eduardo Andrade Pinto ao grupo revolucionário Os 18 do Forte.

Em Caxias do Sul, a Rua Borges de Medeiros foi uma das que tiveram outros nomes antes desse designativo oficial como se conhece atualmente. Sua primeira denominação foi Leôncio de Carvalho, conforme foi referido anteriormente neste trabalho.

Leôncio de Carvalho também foi personagem de um conflito, mas com bem menor repercussão e gravidade. Em 1875, alunos e professores da Escola Politécnica voltaram-se contra o então ministro Leôncio de Carvalho, que queria dar seguimento a uma reforma no ensino. De acordo com Nascimento (2009, p. 117), o ministro demitiu-se, e o ministério do qual ele fazia parte caiu. Foi uma vitória da “Politécnica”.

Nomes exaltados às custas de sangue de batalhas são os mais numerosos entre os grupo de hodônimos analisados. Isso não significa, no entanto, que ao se transitar entre as ruas, seja evidente o porquê delas se chamarem com esses designativos. Se os primeiros nomes, não-oficiais, estavam mais próximos de seus moradores, nota-se que a vontade do povo não foi respeitada quando a troca foi feita.

Dick (2004) diz que

a substituição dos significados ocorre, portanto, no nível do discurso, no enunciado concreto produzido pelo enunciatário e, não, no plano do sistema, no qual a lexia continua operando, em sua potencialidade sígnica (...) Quanto mais distante se estiver do objeto, maior será a neutralidade conceitual acerca do fato e o desinteresse em recuperar-lhe aspectos ou os seus contornos. (DICK, 2004, p. 125)

Assim, é bastante provável que a população local não associe as ruas Pinheiro Machado, Visconde de Pelotas, Marquês do Herval e Guia Lopes à Guerra do Paraguai, mesmo tendo sido um dos principais acontecimentos do século XIX no país. Iniciou em 1864 e terminou em 1870, com a morte de Solano López e a ocupação militar do Paraguai.

Nesse conflito, Pinheiro Machado integrou o 4º Corpo de Caçadores a Cavalos, tropa brasileira que combatia contra Solano López na Guerra do Paraguai. Na época, tinha 15 anos e ficou dois anos na guerra. Depois da Batalha de Tuiuti, foi proclamado primeiro cadete.

O Visconde de Pelotas defendeu o império na Revolução Farroupilha. Foi Voluntário no cerco de Paissandu, no Uruguai, e se tornou herói da Guerra do Paraguai, já que as tropas comandadas por ele atacaram o último acampamento paraguaio onde Solano López foi ferido. Foi ministro da guerra, senador e o primeiro governador do Rio Grande do Sul depois da Proclamação da República.

O Marquês do Herval iniciou a carreira militar aos 15 anos, durante a Independência do Brasil. Participou da Guerra da Cisplatina, da Revolução Farroupilha – nesse conflito, ele defendia os interesses do império –, também participou nas campanhas platina contra Oribe e Rosas (1851-1852). Ao eclodir a Guerra do Paraguai recebeu o comando do 1º. Corpo do Exército Imperial.

José Francisco Lopes, o Guia Lopes, alistou-se voluntariamente no Exército brasileiro para guiar as tropas que iniciavam uma ofensiva por terra ao território paraguaio. Foi reconhecido pela habilidade de conduzir a tropa no episódio que ficou conhecido como a Retirada de Laguna.

Marquês do Herval e Visconde de Pelotas estiveram contra o Rio Grande do Sul em favor do império e, mesmo assim, foram homenageados no Estado. Oliven (1992) observa que:

É interessante que os termos da federação e república compareçam de forma ambígua nesses conflitos internos. Assim, os membros do antigo Partido Liberal, que dominou a política gaúcha até a Proclamação da República, vão, a partir dela, se abrigar no Partido Federalista. (OLIVEN, 1992, p. 59)

Assim, o gauchismo é uma forma bem sucedida de regionalismo. Dick (2001, p. 79) explica que “a configuração de um local só acontece a partir de um nome, o antecedente sendo o não-lugar, o não simbólico, o inativo”. O ato de nomear, desta forma, auxilia a reconstituir o período em que as ruas receberam suas denominações oficiais, para explicá-las, a exclusão de nomes também ajuda a decifrar essa incógnita. Se a “mágica” de Bourdieu serve para denominar uma região, pode-se dizer que a negação deste direito adquira a mesma força.

Para se ter uma ideia, as principais ruas da cidade, objeto deste estudo, receberam seus nomes oficiais na penúltima década do Século XIX (ADAMI, 1971, p. 136-138). Os imigrantes italianos começaram a colonizar e a povoar a Região a contar de 1875. Em 1897, ano da denominação das ruas aqui estudadas, já havia população numerosa, sendo o grupo étnico italiano o componente mais expressivo em todas as localidades do Nordeste do Rio Grande do Sul.

Na década de 1970, a composição étnica da população da RCI, apontava que Caxias do Sul era formada em 75,1% de ítalo-descendentes e 24,9% de outras etnias (afro-brasileiros, teuto-brasileiros, indígenas, luso-brasileiros, polono-brasileiros e outras)²².

O sociólogo francês, ao tratar desse jogo, aponta formas com as quais a identidade étnica e o poder que ela possui servem como formas de “impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por esse meio, de fazer e desfazer os grupos” (BOURDIEU, 2001). Ele diz ainda:

Com efeito, o que neles está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão²³ que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido (...). (BOURDIEU, 2001, p. 113)

Ao falar sobre a importância do grupo, é preciso ter claro o conceito de identidade e de cultura para poder entendê-lo. Geertz (1989, p. 4), assume a cultura “como sendo essas teias²⁴

²² FROSI; MIORANZA, 1983, p. 65

²³ Segundo Bourdieu (2001, p.113), “a etimologia da palavra região leva ao princípio da di-visão, ato mágico, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre regiões do espaço, mas entre as idades, os sexos, etc.)”

²⁴ Geertz apropria-se do conceito disseminado por Max Weber, de “que o homem é um animal amarrado a teias de que ele mesmo teceu”

e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa em busca de significado”. Para entender o porquê dos nomes, é necessário elucidar o que parece obscuro.

Ao se pensar em grupos e no que a não denominação refere, pode-se também aproveitar o conceito de não-lugar²⁵, trabalhado pelo antropólogo francês Marc Augé. Enquanto Certeau, ao defini-lo, faz uma crítica à “ausência do lugar em si mesmo que lhe impõe o nome que lhe é dado” (*apud* Augé, 1994, p. 79), para Augé é a interação dos indivíduos com esses espaços que acaba por criar (ou não) um vínculo entre denominador e denominado.

Para o antropólogo:

A mediação que estabelece o vínculo dos indivíduos com seu círculo no espaço do não-lugar passa por palavras, até mesmo por textos. Sabemos, antes de mais nada, que existem palavras que fazem imagem, ou melhor, imagens: a imaginação de cada um daqueles que nunca foram ao Taiti ou Marrakesh pode se dar livre curso apenas ao ler ou ouvir esses nomes. (AUGÉ, 1994, p. 87-88)

Para nomear é preciso fazer uso da língua e é também através dela que se revelam as facetas do poder. Segundo Trask (2004, p. 164), “a língua pode ser usada como um instrumento de pressão política, e esse uso está longe de ser raro. Visivelmente, a língua pode ser usada quer para validar um grupo social ou entidade política, quer para negar sua validade”.

Desse modo, no ato de nomeação, mecanismo influenciado externamente ou subjetivamente, deixa transparecer nos hodônimos pistas semânticas das mais diferentes procedências, tornando perceptível um estreito vínculo entre o nome (ou a falta dele) e a constituição de uma região.

Dos nomes analisados, apenas dois têm ligação direta com Caxias do Sul: Dr. Montauri e Feijó Júnior. Segundo Nascimento (2009, p. 111), foi Feijó Júnior, proprietário de terras, quem sugeriu ao governo a transferência da sede da direção da Colônia Caxias de Nova

²⁵ Os não-lugares, produtos da contemporaneidade, opõem-se à noção de lugar antropológico, designado desde Mauss por uma tradição fundada na ideia de totalidade.

Milano para o local conhecido como Campo dos Bugres. Essa mudança foi decisiva para o processo de ocupação de terras que ainda receberiam colonos. Dr. Montauri foi chefe da Comissão de Terras da colônia, entre 1891 e 1893.

Machado (2001) afirma que:

A administração municipal, até 1924, esteve sempre nas mãos de intendentes ‘brasileiros’ (grifo do autor), sendo que os primeiros foram nomeados pelo governo do estado. Os intendentes eleitos pelo voto, no entanto, eram sempre indicados anteriormente pelo presidente do estado, como representantes do Partido Republicano Riograndense, que estava no poder desde a Proclamação da República. (MACHADO, 2001, p. 147).

Alfredo Chaves era inspetor geral de terras e colonização na mesma época em que Sinimbu era presidente do conselho de ministros e ministro da agricultura. Cabia a eles, em 1878, receber indicações para possíveis nomeados a diretor da Colônia Caxias, que contou com mais de 15 homens (ADAMI, 1971, p. 152).

Ernesto Alves era jornalista, advogado e político gaúcho, membro do Partido Republicano Riograndense, diretor do jornal A Federação e inspetor geral da instrução pública no Rio Grande do Sul.

Apesar de o Brasil ser um país jovem, os nomes de ruas aqui analisados não são transparentes, são opacos. Essa opacidade pode se dar por dois motivos principais.

O primeiro é o desconhecimento do contexto em que a nomeação foi produzida, acarretando que o percurso de decodificação do hodônimo não seja completado.

O segundo é a sobreposição de camadas, não linguísticas, mas históricas, que escondem e revelam interesses inerentes ao ato de nomear. Dada a mágica que os nomes evocam, sobre o vazio hodonímico é possível recuperar vestígios e completar o caminho da decodificação.

Pode-se concordar com Dauzat quando afirma que “a toponímia, conjugada com a história, indica ou precisa os movimentos iniciais dos povos, suas migrações, áreas de colonização, e regiões nas quais determinado grupo linguístico deixa suas marcas.”

A língua, as palavras e os nomes podem ser um ponto de partida para uma viagem ao passado, em busca do autoconhecimento de uma civilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada pertence mais a uma pessoa do que o próprio nome. É ele que fica gravado na lápide depois da morte e é ele que pode dar perenidade ao personagem que o carrega, caso vire nome de lugar.

Aqui, neste estudo, nomes não italianos, de pessoas que vieram para Caxias do Sul promover a ocupação da terra recém colonizada, bem como representantes do império ou da pátria gaúcha, deixaram suas inscrições em algumas das principais artérias da cidade.

Na maioria dos casos, no entanto, não se pode dizer que a homenagem prestada no ato de denominação da rua esteja presente na atmosfera que os circundam. Vultos da pátria, seja ela gaúcha ou brasileira, viraram meros referentes de localização.

As próprias disputas políticas que encobriram seus significados e suas trocas de nomes não são disseminadas. Chama a atenção a presença dos chamados heróis de guerra, pertencentes ao grupo étnico luso-brasileiro.

O estudo, que tinha como objetivo específico conhecer o significado dos hodônimos escolhidos e estabelecer relações entre estes hodônimos e os elementos que influenciaram em sua denominação, foi fundamental para chegar à conclusão do trabalho. Para a análise, levou-se em consideração a etimologia, mas também os aspectos extralingüísticos.

As conclusões aqui apresentadas, no entanto, referem-se a uma amostra de 18 ruas do Centro urbano de Caxias do Sul. Se um universo maior de hodônimos fossem pesquisados, poder-se-ia ter chegado a conclusões diferentes dessas aqui apresentadas.

A partir dessas relações, foi possível entender que os italianos foram forçados a se acostumar com a nova terra brasileira e, além de não ter expressão política, também não se veriam representados ao longo dos caminhos que utilizassem, se estivessem em passagem pelas ruas centrais de Caxias do Sul.

A negação do nome revela uma relação de poder que tem no hodônimo, também, um significado escondido.

Confirmaram-se as hipóteses de que, na denominação das ruas deste estudo, não foram prestigiadas figuras ligadas à pátria italiana. Os nomes italianos e alguns não-italianos foram substituídos de acordo com acontecimentos de caráter histórico e político que afetaram as comunidades locais evidenciando-se uma relação de poder entre o denominador e o objeto denominado.

Não se confirmaram as hipóteses de que homenageiam figuras ilustres do país que acolheu os imigrantes, porque em alguns dos casos os homenageados não tinham grande expressão para a comunidade – alguns ainda não têm notório reconhecimento por parte da população. Esses homenageados também não foram fundamentais para promover a integração entre os dois povos (italianos e brasileiros/gaúchos).

Levando-se em consideração o número de ruas totais de Caxias do Sul, esse estudo é apenas uma pequena amostra do que pode ser realizado. Dando-se seguimento, poderia, juntamente com muitos outros que deverão ser feitos, ser parte integrante do Atlas Toponímico do Rio Grande do Sul.

No decorrer deste trabalho, o projeto inicial sofreu algumas alterações, visto que a própria pesquisa proporcionou a abertura de novas janelas de investigação. Por se tratar de um estudo inédito nesta universidade, pessoalmente representou um interessante desafio de desvendar os motivos que se ocultavam por trás dos nomes. Como propôs o estudo do signo hodonímico, os nomes, que eram opacos, ficaram transparentes.

Com a consciência de que esse é um processo apenas iniciado, concluído, aqui, a partir de um recorte específico, tem-se a perspectiva de poder continuar iluminando, a partir do deslocamento de camadas sobrepostas, os nomes de ruas. Pode-se afirmar, no entanto, que as

mudanças hodonímicas testemunham as transformações culturais de um povo. Continuar a estudá-las, em todas as suas interfaces, é resgatar um patrimônio cultural, lingüístico e histórico de toda uma região.

REFERÊNCIAS

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. I Tomo. 2ª ed. Caxias do Sul: EDIÇÕES PAULINAS, 1971.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

AUGÈ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*, tomo I e II. São Paulo: ÁRVORE DA TERRA, 1999.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

_____. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e lingüística*. Homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T.A. Queiroz / Edusp, 1981. p. 131-145.

_____. Dimensões da Palavra. In: *Revista Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: USP, 1998 – nº 2, p. 81-118.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRITO, Adriano Naves de. *Nomes Próprios: semântica e ontologia*. Brasília: UNB, 2003.

BRUNHES, J. *La Geographie Humaine*, Paris, 1925.

CAFFARELLI, Enzo; MARCATO, Carla. (a cura di). *I cognomi d'Italia. Dizionario storico ed etimologico*, Torino: UTET, 2008, 2 vol. L+1882.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. *Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio*. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>. Acesso em: 27 de setembro de 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I*. Petrópolis: Vozes, 2002.

COLONNA, Bárbara. *Dizionario etimologico della lingua italiana*. Genova: Newton & Compton, 1997.

CORTELAZZO, Manlio. e ZOLLI, Paolo. *Dizionario etimologico della lingua italiana*, Bologna: Zanichelli, 1980.

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DE FELICE, Emilio. *I nomi degli italiani. Informazioni onomastiche e linguistiche, socioculturali e religiose*. Rilevamenti quantitativi dei nomi personali dagli elenchi telefonici. Roma-Venezia: 1982.

_____. *Nomi e cultura*. Roma-Venezia: 1987.

DICK, Maria Vicentina de Paula Do Amaral. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1980.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

_____. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: ANABLUME, 1996.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana M. P. P.; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

_____. Rede de conhecimentos e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: A.M.P.P. de OLIVEIRA. e A.N. ISQUERDO, (org.). *Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004.

_____. Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática. In: SILVA, Thaís Cristófaró e MELLO, Heliana (Orgs.). *V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística; Caderno de Resumos*. Belo Horizonte, 2007. p. 828-829.

DURANTI, Alessandro. *Linguistic anthropology*. Cambridge: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2003.

FERNANDES, Xavier I. *Topônimos e Gentílicos*. Porto: EDUCAÇÃO NACIONAL, 1945.

FOUCAULT, Michel de. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Editora Graal, 2007.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle O. Mantovani. Bilingüismo, identidade étnica e atitudes lingüísticas. In: CHAVES, Flávio Loureiro; BATTISTI, Elisa (orgs.). *Cultura regional 2*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.

FROSI, Vitalina Maria. Nomi italiani per strade e piazze brasiliane. In: MARCATO, Gianna (a cura di). *Dialetto Uso Funzioni Forma*. Padova: UNIPRESS, 2009.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

FROSI, Vitalina Maria. Resenha. CAFFARELLI, Enzo; MARCATO, Carla. *I cognomi d'Italia; dizionario storico ed etimologico*. Torino: UTET. 2008, 2 vol. L+1822p. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplRevistaLetras/posgraduacao/strictosensu/>. Acesso em 09 de junho, 2010.

_____. A linguagem oral da Região de Colonização Italiana no sul do Brasil. MAESTRI, Mário (coord.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

_____. Os dialetos vênets no Rio Grande do Sul: convivência e mescla lingüística. CARBONE, Florence; MAESTRI, Mário (coords.). *Raízes italianas no Rio Grande do Sul 1875 – 1997*. Passo Fundo, RS: UPF, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIRON, Loraine Slomp. Algumas questões econômicas. In: ALVES, E.R.; GIRON, L. S. *Caxias do Sul: homem, tempo, espaço: subsídios*. Caxias do Sul: PMCS/Smec, 1992.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. A mulher imigrante e o trabalho. In: Chronos, Caxias do Sul, v. 29, n. 1, jan./jul. 1996. p. 7-18. [Número especial: 120 anos de imigração italiana.]

GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Terra e Homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

_____. *Casas de Negócios, 125 anos de imigração Italiana e o Comércio Regional*. Educs: 2001.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. São Paulo: Ave Maria, 1973.

GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *A toponímia como signo de representação de uma realidade*. Fronteiras – revista de História, 1(2):27-46, 1997.

_____. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico*; lexicologia, lexicografia, terminologia. 2ª ed. Mato Grosso do Sul: UFMS, 2001.

LERMEN, Zulmiro. *Dicionário Toponímico Tupi-Guarani Português*. Gráfica Kessler, 1996.

LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade*; história de Caxias do Sul – 1875/1950. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

MAEDA, Raimunda Madalena Araújo. *A toponímia sul-mato-grossense: um estudo dos nomes de fazendas*. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara, 2006.

MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano II*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIORANZA, Ciro. *Dicionário dos sobrenomes italianos*. V. I. São Paulo: ESCALA, 1997.

NASCIMENTO, Roberto Rivelino Fogaça do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2009.

OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORLANDI, Eni P. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945). *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n. 15, 2005.

PAGANI, Marcos F. *O nacionalismo na região colonial italiana*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2005.

PAVIANI, Jayme. *Cultura, humanismo e globalização*. Caxias do Sul: Educs, 2004

PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair et al. (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes; ZILLES, Urbano (Org.). *Filosofia: diálogo de horizontes*. Caxias do Sul: Educs, 2001.

_____. *Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

QUEIRAZZA, Giuliano Gasca; MARCATO, Carla; PELLEGRINI, Giovan Battista; SICARDI, Giulia Petracco; ROSSEBASTIANO, Alda. *Dizionario di toponomastica: storia e significato dei nomi geografici italiani*. Torino: UTET, 2006.

RELA, Eliana. *Nossa Fé, nossa vitória: Igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2004

ROSSEBASTIANO, Alda; PAPA, Elena. *I nomi di persona in Itália; dizionario storico ed etimologico*. Vol. I e II. Torino: UTET.

ROSTAING, Charles. *Les Noms de Lieux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1945.

SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. 1967.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais. In: SILVA, Thais Cristófaros e MELLO, Heliana (Orgs.). *V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística; Caderno de Resumos*. Belo Horizonte, 2007, p. 827.

SOUZA, Alexandre Melo de. *Aplicação dos estudos toponímicos no Ensino Fundamental e Médio: propostas teórico-didáticas*. Publicado no Recanto das Letras em 04/12/2007. Código do texto: T764150. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/764150> . Acesso em: 27 de setembro de 2009.

SOUSA, Manuel de. *As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas*. Mem-Martins, Portugal: SPORPRESS, [s/d].

TAGLIAVINI, Carlo. *Un nome al giorno: origine e storia dei nomi di persona italiani*. 2 vol. Torino: 1956 e 1957; ristampati con il titolo *Origine e storia dei nomi di persona*. Bologna, 1972.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004

VASCONCELLOS, J. Leite de. *Opúsculos; Onomatologia*. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

ZOPPI-Fontana, Mônica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKI, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

Fontes primárias manuscritas

Arquivo Histórico João Spadari Adami de Caxias do Sul.

Arquivos de Atos e Leis da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul